

# retrato

doBRASIL



## OBAMA UM ANO DEPOIS

MAL NAS PESQUISAS,  
O PRESIDENTE AMERICANO  
ATACA OS **GATOS GORDOS**  
DE WALL STREET

**PRÉ-SAL**  
A grande maioria dos estados quer um plano mais justo

**ECONOMIA 1**  
A "nova classe média" e os mistérios da redistribuição da renda

**ECONOMIA 2**  
Os dilemas a que levou a total liberalização do câmbio

# Leia retrato do BRASIL

política • economia • cultura • ciência  
analisados com profundidade

MARCIO POCHMANN O economista e presidente do Ipea diz que é tempo de uma nova utopia



LEI ROUANET O ministro Juca Ferreira fala das mudanças no incentivo à cultura



DANTAS A polêmica das fotos de penais de Brasília vai contra a saúde dos presidiários



www.retrato

experimente  
ler para  
concluir:  
a realidade dos  
fatos está na  
imprensa popular

[dobrasil.com](http://dobrasil.com)

## 06 **Ponto de Vista**

### **O FANTASMA DE VOLCKER**

Obama chama Paul Volcker, o veteraníssimo ex-presidente do Fed, que ajudou a estruturar o sistema financeiro dos EUA enfraquecido pela crise

## 09 **UMA EMENDA NO MEIO DO CAMINHO**

A aprovação do marco regulatório do pré-sal no Congresso tornou-se mais complicada com a iniciativa que pretende distribuir melhor o dinheiro dos *royalties* [Gabriela Guedes]

## 16 **EM POUCAS MÃOS**

Apenas 1% da cerveja produzida no País sai de dezenas de pequenos produtores. O restante vem de quatro gigantes [Rafael Hernandez]

## 30 **VITÓRIAS E DESAFIOS DE MORALES**

Após estatizar empresas importantes e distribuir recursos da exportação de gás natural para os pobres, o presidente reeleito quer industrializar a Bolívia [Natália Viana, de La Paz]

## 20 **OS RICOS? CADÊ OS RICOS?**

Nos cálculos que indicam uma intensa mobilidade na base da pirâmide social brasileira, as informações sobre os mais endinheirados não entram. Se levadas em conta, revelariam um país ainda mais injusto [Tânia Caliari]



## 18 **A QUESTÃO CAMBIAL**

Nossos "mercadistas" querem radicalizar o modelo vigente, apesar de seus espetaculares fracassos. É preciso buscar uma saída em outra direção [Lecio Moraes]

## 36 **AUTONOMIA, VÍRGULA**

A presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, pressionada pela crise internacional, demite o presidente do BC, que se recusou a obedecê-la [Yuri M. Fontes e Flávio Dieguez]





## 40 UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA

Só não se sabia a data exata do terremoto que atingiu o Haiti. Algo que pode se repetir na mesma escala em outras áreas do mundo subdesenvolvido [Flávio de Carvalho Serpa]

## 38 MUITO BARULHO POR QUASE NADA

A tensão em torno do projeto nuclear do Irã cresceu, embora o objetivo dos negociadores pareça ainda o de chegar a um acordo [Flávio Dieguez]

## 46 DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA

Obra de diplomata brasileiro relata como comissão das Nações Unidas, que deveria apurar abusos, foi instrumentalizada [Flávia Piovesan]

## 44 INTELIGÊNCIA E OUSADIA

Livro de autora brasileira fala de como o mundo da TV ainda se assombra com a produção curta e densa de Samuel Beckett para a telinha [Laurindo Leal Filho]

## 48 AVATAR: O OUTRO SOU EU

James Cameron, que dirigiu o maior sucesso de bilheteria de todos os tempos, constrói um mundo que reafirma o poder do cinema clássico americano [Leandro Saraiva]



### FALE CONOSCO:

[www.retratodobrasil.com](http://www.retratodobrasil.com)

### CARTAS À REDAÇÃO

[cartas@retratodobrasil.com](mailto:cartas@retratodobrasil.com)  
rua fidalga, 146 conj. 42  
cep 05432-000 são paulo - sp

### ASSINATURAS

[vendas@retratodobrasil.com](mailto:vendas@retratodobrasil.com)  
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527  
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

### ATENDIMENTO AO ASSINANTE

[assinatura@retratodobrasil.com](mailto:assinatura@retratodobrasil.com)  
tel. 31 | 3281 4431  
de 2ª a 6ª, das 9h às 17h

### PARA ANUNCIAR

[comercial@retratodobrasil.com](mailto:comercial@retratodobrasil.com)  
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527  
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

### CIRCULAÇÃO EM BANCAS

[circulacao@retratodobrasil.com](mailto:circulacao@retratodobrasil.com)

### EDIÇÕES ANTERIORES

[vendas@retratodobrasil.com](mailto:vendas@retratodobrasil.com)

### REDAÇÃO

[redacao@retratodobrasil.com](mailto:redacao@retratodobrasil.com)  
tel. 11 | 3814 9030

Entre em contato com a redação de **Retrato do Brasil**. Dê sua sugestão, critique, opine. Reservamo-nos o direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las ao espaço disponível ou para facilitar a compreensão.

FOTO DA CAPA Reuters (Tratamento de imagem: Chico Max)

**EXPEDIENTE** - SUPERVISÃO EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira EDIÇÃO Armando Sartori REDAÇÃO Carlos Azevedo • Flávio Dieguez • Leandro Saraiva • Lia Imanishi • Rafael Hernandez • Sônia Mesquita • Tânia Caliarí DIREÇÃO DE ARTE Chico Max EDIÇÃO DE ARTE Pedro Ivo Sartori REVISÃO Silvio Lourenço • Gabriela Ghetti • Bruna Bassette [OK Linguística] COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Flávia Piovesan • Flávio de Carvalho Serpa • Gabriela Guedes • Laurindo Leal Filho • Lecio Morais • Natália Viana • Yuri Martins Fontes • Retrato do BRASIL é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A.

EDITORA MANIFESTO S.A. PRESIDENTE Roberto Davis DIRETOR VICE-PRESIDENTE Armando Sartori DIRETOR ADMINISTRATIVO Marcos Montenegro DIRETOR EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Sérgio Miranda

GERENTE COMERCIAL Daniela Dornellas REPRESENTANTE EM BRASÍLIA Joaquim Barroncas • Tel 61 3328 8046

ADMINISTRAÇÃO Neuza Gontijo • Maria Aparecida Carvalho

OPERAÇÃO EM BANCAS • ACESSORIA EDICASE [www.edicase.com.br] DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA EM BANCAS Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora S/A MANUSEIO FG Press

TIRAGEM 20 mil exemplares [Tiragem auditada pela BDO Trevisan Auditores Independentes]





# O fantasma de VOLCKER

Reuters

O presidente americano, diante das grandes dificuldades que enfrenta após um ano no poder, chama um espectro para assustar os “gatos gordos” de Wall Street

OS PROBLEMAS DE BARACK OBAMA não são poucos. O desemprego em seu país chegou a 10%, o dobro em relação a dois anos atrás. A renda média das famílias americanas caiu. O número de pobres e dos que passam fome aumentou. Ao apresentar seu orçamento para 2011, previu um déficit de 1,6 trilhão de dólares, mais que 10% do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos, superior ao previsto para este ano, em vista da necessidade de o governo gastar mais para combater o desemprego e a pobreza.

Em consequência dos enormes gastos para evitar que a economia mergulhasse no abismo, após a quebra dos bancos deflagrada

em setembro de 2008, a dívida pública americana total está em 12,36 trilhões de dólares. A parte da dívida em mercado – que se obtém descontando da dívida total cerca de 4 trilhões de dólares referentes aos benefícios futuros devidos aos servidores federais – estava em 40% do PIB em 2008. Pulou para 53% no ano passado. E, nas previsões oficiais, irá a 77% do PIB em 2020, antes de começar a cair.

Na primeira semana de fevereiro, a Moody's, uma agência de avaliação de risco, ameaçou rebaixar a classificação dos títulos do Tesouro americano. Para que essa ameaça não se concretize, o país precisa economizar para pagar o que deve.

Da dívida líquida em mercado, cerca de 4 trilhões de dólares são devidos a estrangeiros. E cerca de metade disso a duas potências asiáticas: o Japão, que tem a segunda maior economia global; e a China, com ambição de suplantará os EUA, econômica e politicamente, em não muito tempo.

No campo político, a situação de Obama também já foi melhor. Uma pesquisa de opinião pública citada pela revista britânica *The Economist*, do início de janeiro, diz que a aprovação de seu governo caiu de mais de 70% no começo de seu mandato para menos de 50%, um ano depois. E que, se houvesse eleições presidenciais

nos EUA, agora, um candidato genérico do Partido Republicano, de oposição a ele, ganharia de um candidato genérico de seu partido, o Democrata, por 44% a 41%. Outra pesquisa: quem se beneficiou mais das ações do governo contra a crise? As respostas, divulgadas pelo semanário britânico em fins de janeiro: 40% achavam que haviam sido os grandes bancos comerciais e de investimentos; 20%, as grandes corporações; 18%, os mais ricos; menos de 10%, a classe média; e, ainda menos, as pessoas de baixa renda.

Nesse mar de problemas, num gesto com certeza estudado politicamente, Obama contra-atacou. Em 13 de dezembro, dois dias depois que a Câmara dos Representantes aprovou um projeto de lei que instituiu nova regulamentação da atividade bancária, deu uma declaração agressiva à imprensa: “Eu não disputei a presidência para ajudar um bando de gatos gordos banqueiros de Wall Street” (“I did not run for Office to be helping out a bunch of fat cat bankers in Wall Street”).

Em 14 de janeiro, foi adiante: anunciou uma “taxa de responsabilidade pela crise financeira” (Financial Crisis Responsibility Fee), de 0,15% anual sobre o patrimônio líquido dos bancos e das seguradoras acima de 50 bilhões de dólares, a serem cobrados por dez anos, a fim de cobrir 117 bilhões de dólares de prejuízos do Tesouro americano com o “Programa de Alívio dos Ativos Problemáticos” (Troubled Assets Relief Program), por meio do qual o governo americano comprou deles os chamados “créditos podres”.

E, em 21 de janeiro, numa cerimônia realizada na Casa Branca, acompanhado de Paul Volcker, uma espécie de herói das finanças americanas, anunciou mais quatro pontos que quer ver incluídos na legislação de reforma do sistema bancário do país:

1. A definição de um limite para o tamanho dos bancos e das seguradoras;

2. A proibição das “operações proprietárias”, aplicações de curto

prazo com dinheiro normalmente disponível em seus caixas no dia a dia, por serem, disse, recursos efetivamente pertencentes aos clientes dos bancos e, além disso, garantidos por fundos públicos da Empresa Federal de Seguro dos Depósitos (Federal Deposit Insurance Corporation);

3. A proibição de negócios com os chamados *hedge funds*, fundos comandados por banqueiros especiais – como exemplos, George Soros e Armínio Fraga – que realizam, com seu próprio dinheiro e de outros ricos, apostas bilionárias no mercado, como, por exemplo, as que estavam sendo realizadas em

A popularidade de Obama, maior que 70% na posse, está em menos de 50%. Outra pesquisa diz que, se a eleição presidencial fosse hoje, os republicanos bateriam os democratas

meados de fevereiro com relação às oscilações do euro e ao valor dos papéis da dívida da Grécia e de outros pequenos países europeus;

4. A proibição de operações com fundos de *private equity*, organizados por empresas de administração de recursos – como, por exemplo, as construídas no Brasil por Daniel Dantas, ao comandar para o Citibank, no processo de privatização, o uso dos recursos da dívida externa devida pelo País ao banco americano.

A repercussão dessas novas regras de Obama na grande imprensa americana foi ruim. Dois dias antes, os democratas tinham sido batidos pelos republicanos na eleição para o Senado, na disputa da vaga deixada em Massachusetts

em razão da morte do senador Ted Kennedy. O resultado foi horrível para Obama, que se empenhou na campanha. O vencedor, como disse o jornal *Valor Econômico*, foi “um candidato exibicionista que havia posado nu para uma revista de futilidades”. E, nesse contexto, o discurso do presidente foi atacado como uma tentativa de desviar as atenções com um apelo populista, visto que atacar banqueiros e o banco central americano, pela esquerda e pela direita, tem tido bom público nos EUA ultimamente. Alan Grayson, um deputado democrata da Flórida, por exemplo, tem duas dúzias de vídeos no YouTube, alguns com cerca de meio milhão de visitas, todos com esse mesmo espírito.

Obama não desistiu, no entanto. Enviou Volcker ao Senado, mais exatamente à Comissão de Bancos, Habitação e Assuntos Urbanos, chefiada pelo democrata Christopher Dodd, na qual foi arranjada para ele uma audiência. Volcker falou no Senado em 2 de fevereiro. Mas foi solenemente ignorado, segundo *The Wall Street Journal*, o grande diário dos meios financeiros do país. Quando terminou de falar, informou o jornal no dia seguinte, quase não havia mais ninguém no plenário da comissão. As ações dos grandes bancos subiram. E a proposta de Obama, que tinha o seu nome – “The Volcker Rule” – e da qual ele era o autor, estaria praticamente morta, disse o *WSJ*.

Volcker tem vasta experiência nos grandes bancos privados e no serviço público. Tem 82 anos. Foi nomeado para a direção do Federal Reserve, o banco central americano, em 1979, pelo presidente Jimmy Carter. Ficou famoso quando comandou o aumento da taxa dos *fed funds*, de 11% em 1979, para 20% em 1983, já no governo de Ronald Reagan. Com isso, elevou os juros a um patamar que promoveu uma enorme recessão nos EUA e quebrou algumas dezenas de países endividados do terceiro mundo, entre eles o Brasil. Os *fed funds*, fundos do Fed, são títulos que o banco central americano negocia com os bancos no *overnight*, de um dia para o outro, para regular a oferta de dinheiro no mercado e, com isso, a taxa de

juros. Se quiser subir os juros, o banco central retira dinheiro do mercado: toma dinheiro dos bancos, como fez entre 1979 e 1983, oferecendo-lhes papéis pelos quais paga juros mais altos que os então vigentes na praça.

De certo modo, pode-se dizer que Volcker construiu parte dos alicerces do processo de financeirização da economia americana, observado a partir de meados dos anos 1970. Nessa época, termina o período dos “anos dourados” de expansão do capitalismo do pós-guerra, que teve, como motor propulsor, o dinamismo do sistema industrial americano e, como sistema de comércio e finanças internacionais, o dos arranjos monetários e das instituições de Bretton Woods: as taxas de câmbio fixas, o dólar como moeda internacional mas com garantias em ouro, o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT, na sigla em inglês), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

O ajuste iniciado no final dos anos 1970 custou caro aos EUA. Mas criou uma nova moeda internacional, a dívida pública americana. E ela é, no fundo, a âncora do atual sistema internacional de finanças e comércio. Os bancos centrais dos principais países capitalistas, em 1988, uniram-se no Comitê da Basileia, cidade suíça, onde funciona o Banco de Compensações Internacionais (BIS, em inglês), e criaram as regras para definir o capital que um banco deveria ter, de acordo com o tamanho e o risco de seus ativos, para ser considerado seguro. Essas regras foram mudadas recentemente. As mudanças já vigoravam para os bancos europeus e estavam sendo implantadas nos bancos americanos.

É claro que nem todos os ativos são iguais: um título do governo americano, por exemplo, é considerado absolutamente seguro e não precisa de capital do banco para garanti-lo. Mas um empréstimo a um

patrimônio arriscado, uma hipoteca imobiliária subprime, por exemplo, exigiria garantias bem maiores. As regras do acordo Basileia II diziam que para um banco ser considerado seguro era necessário que o centro das garantias oferecidas fosse o próprio capital dos acionistas ao qual se agregariam outras formas consideradas como capital próprio, que deveria ser de 4% dos ativos ajustados pelo risco. Na prática, não era assim. Muitos bancos tinham apenas 2% de capital próprio de fato. Além disso, ao calcular o risco dos ativos, confiava-se em agências que classificavam empréstimos complicados, sob os quais se escondiam hipotecas imobiliárias subprime, por exemplo, na categoria AAA (a mesma dos títulos do Tesouro americano). Como disse Lloyd Blankfein – o principal executivo do Goldman Sachs, o mais famoso dos bancos de investimento de Wall Street – durante depoimento recente no Congresso americano: em janeiro de 2008, havia apenas 12 empresas no mundo na classificação AAA e, simultaneamente, 64 mil Structured Investment Vehicles (SIVs – Veículos de Investimentos Estruturados) com a mesma classificação.

No fundo, na crise que passou, os trilhões de dívida americana, considerados ativos sem risco, foram embulhados com ativos muito mais arriscados e criaram o cassino global de muitos mais trilhões de dólares. A saída da crise foi aumentar os trilhões da dívida americana para remendar o sistema. Mas e se, agora, a dívida americana não for mais AAA, e sim um ativo de risco?

Volcker parece querer realizar uma mudança muito radical, sem que exista o clima radical dos anos 1930, quando o sistema, de fato, quebrou e foi preciso reinventá-lo. Não foi ouvido, mas deixou a advertência: se os congressistas não tomarem providências, outra crise virá. “Eu lhes digo, tão certo como estou sentado aqui agora que, se as instituições bancárias, protegidas com dinheiro do contribuinte, continuarem livres para especular, eu posso não viver o suficiente para ver a crise, mas minha alma voltará para assombrá-los”, disse. ■

**Volcker (com Reagan): ele comandou a alta dos juros que quebrou países pobres**

Getty Images





Luiz Antonio/ag.LAR

# UMA EMENDA NO MEIO DO CAMINHO

O governo Lula pretendia aprovar o marco regulatório do pré-sal aceleradamente. Não contava, entretanto, com a turbulência provocada pela iniciativa dos deputados Humberto Souto e Ibsen Pinheiro

por **Gabriela Guedes**

**DESDE** sua descoberta, em 2006, o petróleo da camada pré-sal aparece frequentemente nas manchetes estampadas nas primeiras páginas dos jornais diários e nas capas de revistas. É também tema de discursos, geralmente inflamados, fora e dentro do Congresso Nacional. Mais recentemente, transformou-se num dos principais motivos de discórdia entre lideranças de diferentes partidos e estados. Isso por causa dos famosos *royalties*, isto é, do dinheiro que o petróleo a ser

extraído de camadas profundas da Zona Econômica Exclusiva brasileira – a faixa de oceano com 200 milhas náuticas de largura que se estende paralela ao nosso litoral – deve gerar para União, estados e municípios.

Palavra de origem britânica, *royalty* significa “da realeza”. Essa definição primitiva remetia ao direito que o rei tinha de receber pagamento pela exploração de minério em suas terras, como uma espécie de indenização pelo fato de não

poder utilizá-las para outras finalidades. No Brasil contemporâneo, o *royalty* é uma compensação financeira pela exploração de bens naturais não renováveis em território nacional paga pelas empresas. No caso do petróleo, essa compensação foi instituída em 1953, data de fundação da Petrobras, a estatal criada pela Lei 2004, no bojo de um amplo movimento nacionalista, e que estabeleceu o monopólio da União na exploração, no refino e no transporte do petróleo. Na época, só ▶



Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR

Alves: o relatório do parlamentar potiguar é produto de acordo que contempla os interesses dos governadores Sérgio Cabral e Eduardo Campos (pág. ao lado)

era aplicada à extração em terra (a única forma então existente), e a lei determinava o pagamento mensal – sob a forma de *royalty* – de 4% aos estados e 1% aos municípios que forneciam o petróleo.

Com o passar dos anos, a produção petrolífera brasileira não somente aumentou como passou a ser realizada em alto-mar, em plataformas distantes cerca de 300 km da costa. Em 2006, quando o Brasil atingiu o patamar de autossuficiência, a Petrobras anunciou a descoberta de “rochas localizadas abaixo da camada de sal, com potencial para geração e acúmulo do petróleo”, o famoso “pré-sal”.

### O CENTRO DO DEBATE

O anúncio da descoberta de petróleo na camada pré-sal – que, estima-se, pode ser extraído em poços a serem perfurados dentro de uma extensa faixa que se estende do litoral do Espírito Santo até o de Santa Catarina – fez o País vislumbrar um novo papel no palco econômico internacional, no qual despontaria como um dos principais exportadores fora do contexto da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

A descoberta também colocou o *royalty* no centro do debate político travado no Congresso desde o último trimestre do ano passado. Além do enorme potencial de recursos em disputa, a querela foi apimentada pelo momento pré-eleitoral, quando cálculos de eventuais ganhos financeiros dos entes federativos precisam necessariamente ser balanceados com a costura de alianças políticas. É nesse clima

que os congressistas examinam, desde setembro passado, quatro projetos de lei enviados pelo Executivo, com os quais o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende estabelecer o chamado “marco regulatório” do pré-sal. Iniciativa que, a princípio, o governo queria ver tocada em regime de urgência. As dificuldades políticas, no entanto, lançaram as expectativas de aprovação para prazo bem mais distante – o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), dias antes do Carnaval, chegou a estimar que só após as eleições de outubro esse objetivo seria alcançado.

Para compreender o imbróglio em que a questão se transformou é necessário voltar um pouco no tempo, precisamente a 1997. Naquele ano, o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fez aprovar a lei 9.478, que pôs fim ao monopólio estatal da exploração do petróleo. Além disso, abriu a Petrobras para o capital estrangeiro. A lei 9.478 também instituiu a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), definiu o modelo de exploração por concessão, fixou os percentuais de *royalties* a serem pagos e criou o pagamento de uma participação especial em casos de grande rentabilidade da exploração.

De acordo com o artigo 48 daquela legislação, ainda vigente em sua essência, o *royalty* por exploração em terra deveria seguir a seguinte distribuição: 52,5% aos estados produtores; 15% aos municípios produtores; 7,5% aos municípios afetados

por operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural; e 25% ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) para investimentos em pesquisa.

### INDENIZAÇÃO NO MAR

Essa legislação estendeu o conceito de *royalty* também à exploração no mar, embora se possa argumentar que não coubesse indenização no caso, uma vez que a área superficial brasileira não é diretamente afetada pela atividade. Nesse caso, a partilha dos recursos se deu da seguinte forma: 22,5% aos estados produtores confrontantes com o oceano; 22,5% aos municípios produtores confrontantes; 15% ao Ministério da Marinha; 7,5% aos municípios afetados por operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural; 7,5% para constituição de um Fundo Especial, distribuído entre todos os estados, municípios e o Distrito Federal; e 25% ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Para pôr em prática o pagamento dos *royalties* da produção marítima, o governo

## Lula enviou quatro projetos ao Congresso para regulamentar o pré-sal

FHC dividiu as águas brasileiras entre os estados e municípios litorâneos. A divisão gerou a concentração geográfica dos recursos, e os grandes beneficiados foram os estados de Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro. Isso porque os grandes poços produtores em alto-mar, localizados nas Bacias de Campos e Santos, defrontam-se com o litoral desses três estados. O Rio de Janeiro foi o principal ganhador na demarcação do “território” marítimo de cada estado, visto que grande parte dos poços produtores se encontra na sua área.

Para o deputado federal Marcelo Castro (PMDB-PI), essa situação contrasta claramente com o espírito do artigo 20 da Constituição Federal, que estabelece todo o subsolo brasileiro, em terra ou mar, como propriedade da União. E, por

extensão, de todos os 27 entes da Federação, sem distinção. Segundo Castro, a falta de contestação a essa divisão arbitrária na ocasião em que foi estabelecida se deveu a que o montante dos *royalties* a ser distribuído era muito baixo. “Contudo, com o aumento da produção, as diferenças foram aparecendo e todo mundo percebeu a injustiça”, diz o parlamentar.

A concentração dos *royalties* pagos em estados do Sudeste passou a ser mais nitidamente notada à medida que, ao longo dos anos, três fatores se destacaram: o aumento da alíquota do *royalty* de 5% para 10%, a mudança do referencial para a base de cálculo, que deixou de ser o preço do barril na refinaria brasileira, passando a valer o preço internacional de mercado; e a elevação crescente do volume da produção, especialmente nos poços marítimos.

## AVANÇOS IMPORTANTES

Treze anos após entrarem em vigor as normas criadas no governo FHC, graças ao pré-sal o Brasil se vê diante da necessidade de um novo marco regulatório. Por isso Lula encaminhou ao Congresso Nacional quatro projetos de lei (PL): o que prevê a capitalização da Petrobras; o da criação da Petro-Sal como empresa estatal administradora das reservas; o que estabelece o Fundo Social constituído com recursos oriundos de toda a participação especial, com o objetivo de investir em educação, cultura, meio ambiente, saúde em todos os municípios, prioritariamente naqueles com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); e o que trata do modelo de exploração e produção desse petróleo.

O ministro de Estado das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, uma das vozes mais credenciadas do Planalto, disse a *Retrato do Brasil* que os projetos representam avanços importantes, pois garantem a permanência no Brasil do lucro obtido. Isso porque a exploração do pré-sal não prevê riscos nem necessidade de pesquisa, uma vez que sua lucratividade é certa. Padilha também argumenta que a criação de uma estatal gestora desse patrimônio é fundamental para que ele dure o maior tempo possível, sem que seu crescimento desvalorize o produto no mercado internacional (atualmente são produzidos no País 2 milhões de barris de petróleo por dia, e, quando os primeiros campos do pré-sal – 28% do total descoberto – estiverem em plena



atividade, estima-se que esse número suba a 4 milhões).

Até a véspera do Carnaval, entretanto, apenas o projeto que cria a Petro-Sal, aprovado pela Câmara, já tramitava no

## O PL dos *royalties* é o grande polo da disputa que envolve parlamentares e governadores

Senado. Os outros três ainda necessitavam do aval dos deputados. E era justamente o PL que definia o modelo de exploração e produção, alterando o regime de concessão usual (que pressupõe alto risco e destina às empresas que extraem o petróleo a renda obtida) para o de partilha (no qual o Estado paga à empresa para executar os serviços, mas fica com o lucro), o grande pomo da discórdia. É precisamente nesse PL que se determina a distribuição dos *royalties*, algo que fez que deputados, senadores, governadores, ministros e lobistas transformassem o cenário de debates das leis de uma forma tal que em nada lembra o período das modificações introduzidas na era FHC.

Os estados não produtores foram os primeiros a iniciar a movimentação. O

governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), liderou colegas de outros estados nordestinos e diversos parlamentares para tentarem aumentar seus ganhos com a nova lei. A articulação provocou a reação do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), que procurou responder à altura para evitar possíveis perdas de seu estado. Ele encontrou um aliado no governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB), que igualmente demonstrou insatisfação com o andamento do assunto.

## NEGOCIAÇÃO INTENSA

Para apaziguar os ânimos e construir uma proposta de consenso, o relator da Comissão Especial da Câmara encarregada de examinar o PL que trata do modelo de exploração e produção, Henrique Alves (PMDB-RN), modificou, por diversas vezes, os números referentes à divisão dos *royalties*. Presidida por Arlindo Chinaglia (PT-SP), a comissão foi instalada em meados de setembro passado e, pode-se dizer, agiu celeremente, pois aprovou o texto-base de Alves ainda em dezembro. O substitutivo produzido pelo parlamentar potiguar (fruto de intensa negociação entre produtores e não produtores) ampliou a alíquota do *royalty* de 10% para 15% e definiu novos percentuais para a divisão, tanto para os campos licitados (28% do total descoberto) quanto para o petróleo ainda não explorado da camada pré-sal (72%).

No primeiro caso, o texto mantém os estados produtores como principais ►



Castro: a divisão dos *royalties* definida na era FHC fere o espírito da Constituição

beneficiados, mas aumenta o valor dos não produtores. Com relação à exploração futura, estados e municípios não produtores ampliam os ganhos em quase cinco vezes, graças à diminuição da parcela da União. E os estados confrontantes permanecem com a maior parte.

#### EMENDA SURPREENDENTE

O visível interesse da Presidência da República em dar rapidez ao processo acabou prejudicado quando o substitutivo de Alves chegou ao plenário da Câmara. Apesar de o texto-base ter sido aprovado sem maiores problemas, a coisa se complicou quando da apresentação das cerca de 80 emendas, mais especialmente a de autoria dos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Humberto Souto (PPS-MG). Essa proposição mantém intacta a parte da União nos *royalties* do pré-sal em 20% e divide o restante em partes iguais entre todos os estados (40%) e municípios (40%), não levando em consideração o fato de serem confrontantes ou não. Estabelece ainda o valor a ser pago a cada estado e município com bases, segundo Pinheiro, nos “critérios mais consagrados já existentes”: o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A proposta tem efeito para todo o petróleo da camada pré-sal, inclusive o das áreas já licitadas. Pinheiro e Souto argumentam que a motivação da emenda é federativa e se orienta pelo texto constitucional, que não

distingue os estados. Ressaltam também que são favoráveis ao relatório de Alves, à exceção da partilha entre os estados e municípios.

Defensor da ideia, o piauiense Castro elaborou um estudo técnico comparando os valores a serem recebidos pelos estados e municípios em ambos os cenários. Consta nas informações do parlamentar que o Rio de Janeiro ganharia, com a aprovação sem emendas do substitutivo Alves, 24 bilhões de reais ao ano; já com a proposta Pinheiro–Souto, arrecadaria 680 milhões de reais anualmente. Em contraposição, seu estado, Piauí, aumentaria o valor recebido de pouco mais de 260 milhões para mais de 1 bilhão no mesmo intervalo.

Para ilustrar “a maneira distorcida como esses ganhos vêm sendo distribuídos”, ele cita alguns números: “No ano de 2008, dos 23 bilhões de reais recebidos em *royalties* e participação especial, a União ficou com 10 bilhões de reais. Dos 13 bilhões de reais restantes, que foram divididos pelos 27 estados e os 5.565 municípios brasileiros, o estado do Rio de Janeiro recebeu, sozinho, 10 bilhões de reais. O relatório do deputado Henrique Alves faz um arremedo de distribuição dessa riqueza”, afirma Castro.

Mesmo ganhando destaque e visibilidade no debate do pré-sal, a emenda sofreu críticas. A principal delas diz respeito ao fato de não diferenciar os campos não explorados dos que já se encontram em

plena atividade. Para Alexandre Padilha, a ideia defendida por Pinheiro e Souto altera a situação dos estados produtores da noite para o dia, pois eles deixariam de contar com um recurso existente desde 2008, quando começou a extração da camada pré-sal. O ministro lembrou, por exemplo, que a renegociação da dívida do Rio de Janeiro com a União foi definida com base na receita a ser recebida pelo estado segundo o padrão vigente e afirmou que a redistribuição proposta no relatório somada aos investimentos do novo Fundo Social a ser criado levaria à desconcentração da distribuição dos recursos do *royalty*. Por isso, Padilha resalta que a proposta do relator é a “mais equilibrada” e defende que os pactos da Federação sejam criados sem traumas.

Na mesma linha do ministro, o líder do PSB na Câmara, Rodrigo Rollemberg, apoia o substitutivo aprovado. “Há um sentimento de que a distribuição é injusta, de que a conquista do petróleo e a desco-

## Em 2008, dos 13 bilhões distribuídos aos estados, o Rio, sozinho, ficou com 10 bilhões

berta do pré-sal são fruto de um esforço de toda a nação, que investiu em ciência, tecnologia e inovação. Nós, da bancada do PSB, trabalhamos no sentido de fazer uma redistribuição possível. Por isso, vejo a emenda [Pinheiro-Souto] com um conceito correto, mas com a formulação inadequada, pois divide os recursos anteriores à discussão”, esclarece o deputado, presidente da comissão encarregada de examinar o PL do Fundo Social. Tal argumento é compartilhado por alguns membros da bancada fluminense que, apesar de não concordarem com a postura do governador Cabral, não aceitam debater a modificação dos recursos definidos previamente.

“A Constituição manda que a parcela que couber aos estados e municípios deve ser dividida por todos”, diz Souto, contrapondo-se às críticas. “Ela não diz

se é petróleo lícitado ou não. Afirma apenas: o petróleo é da União”. A polêmica, contudo, vai além do teor da proposta, gerando questionamentos, inclusive, acerca da sua legalidade. Eduardo Cunha (PMDB-RJ), um dos principais opositores à emenda, impetrou mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) afirmando que foi protocolada com apenas três assinaturas, quando o mínimo exigido é 180. A ação foi rejeitada em seguida pelo órgão. Pinheiro e Souto afirmam que colheram as assinaturas necessárias, mas que, ao protocolarem a emenda, ouviram da Mesa da Câmara que não era preciso anexar a relação de adesões. Os dois parlamentares sustentam que a ação de Cunha provoca uma interferência do Judiciário em questão interna do Legislativo. Na visão deles, a atitude do deputado fluminense é uma tentativa de evitar a votação, o que poderá desmoralizar o Congresso. Ponderam que, se os argumentos de Cunha são tão bons, ele deveria entregar a decisão ao plenário.

Se a definição da questão se restringisse apenas à disputa regional, a decisão seria previsível. Dos 513 deputados, apenas 47 são do Rio de Janeiro, e nove, do Espírito Santo. Nesse cenário, uma conta simples deixa claro que os dois estados perderiam. Mas, como o impedimento é

político, o desfecho do caso é difícil de antecipar. O fato é que as articulações em torno do assunto reviveram uma prática enfraquecida na política brasileira: a da influência e coordenação de governadores junto às bancadas de seus estados. Cabral e Hartung organizaram as respectivas bancadas – independentemente das siglas partidárias – para garantirem a manutenção dos recursos tal como estão. Os apoiadores da ideia têm discurso pronto: “Não é uma questão de estado, nem de governo, nem de oposição, nem de situação, nem ideológica. É suprapartidária. É da federação”. As bancadas não fecharam o posicionamento e não pretendem cobrar de seus parlamentares votos a favor ou contra.

### OBSTRUÇÃO À VISTA?

A base de apoio do governo (e o próprio ministro Padilha) teme que a disputa dificulte a aprovação da nova lei e atrase o início da exploração. A oposição, por exemplo, mesmo interessada em garantir mais recursos para suas cidades e estados, tem ameaçado obstruir as sessões de votação da emenda, movimento ao qual poderiam juntar-se os deputados fluminenses e capixabas.

Às vésperas dos festejos de Momo, pareciam ser duas as possibilidades de solução política da questão: ou a apro-

vação do relatório de Alves sem emendas, ou a aprovação do relatório com a emenda Pinheiro-Souto, com posterior sanção ou veto presidencial. A eventual necessidade de Lula se manifestar quanto à emenda é considerada particularmente ruim e desgastante tanto para o presidente quanto para sua candidata à Presidência, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Talvez por isso a atuação de Lula seja marcada por bastante cautela, e Dilma tenha se mantido afastada do assunto. Conforme afirmam parlamentares, o presidente “sabe que esse assunto não é dele, é uma competência legislativa” e que “sua participação deve ser exercida em momento posterior”.

Em posição semelhante encontra-se o governador paulista, José Serra. Provável candidato do PSDB à Presidência, Serra não vem participando do processo, apesar de que, com base no FPE, a parte dos *royalties* destinada a São Paulo daria um salto de 320 milhões de reais para,

## Se Lula tiver que se manifestar com relação à emenda, pode se desgastar politicamente

aproximadamente, 2,4 bilhões de reais ao ano. Serra é apenas um dos nomes que, de olho na eleição deste ano, continuam atuando sem grande alarde. O governador mineiro, Aécio Neves, também tucano – que, por várias vezes, questionou o baixo percentual do *royalty* relativo à exploração mineral no estado –, mantém-se igualmente calado.

As eleições parecem se impor como fator relevante no desenrolar dessa história. Será que o governo conseguirá aprovar o marco regulatório do pré-sal antes da disputa eleitoral? Ou será que a campanha se transformará num momento privilegiado para debater com mais profundidade o assunto? Algo que, até aqui, não ocorreu, visto que, em meio ao silêncio de uns e à defesa de interesses regionais de outros, a discussão a respeito de como a grande maioria da população brasileira pode se beneficiar com os imensos recursos do pré-sal permanece empobrecida. ■

Rolleberg: a emenda Pinheiro-Souto é conceitualmente correta, mas mal formulada



# QUEM ACREDITA EM SI MESM

LINK



**O FIES MUDOU:  
MAIS VANTAGENS,  
MAIS FÁCIL DE PAGAR,  
PARA VOCÊ FAZER O  
CURSO QUE QUISER.**



**PDE | FIES**

## **Conheça as novidades do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies**

- Redução dos juros para 3,5% ao ano
- Prazo para quitação de 3 vezes a duração do curso
- Carência: 18 meses após a formatura
- Estudantes que se formarem em cursos de licenciatura e atuarem como professores da rede pública de educação básica e estudantes de medicina que atuarem como médicos do programa Saúde da Família poderão abater 1% da dívida para cada mês trabalhado
- Agora você pode fazer o seu financiamento em qualquer época do ano

# O MERECE O NOSSO CRÉDITO.



PARA SABER MAIS E FAZER SUA INSCRIÇÃO: [WWW.MEC.GOV.BR](http://WWW.MEC.GOV.BR)

**CAIXA**

 **BANCO DO BRASIL**

**FNDE**

Ministério  
da Educação

**BRASIL**  
UM PAÍS DE TODOS  
GOVERNO FEDERAL

# EM POUCAS MÃOS

Apenas quatro empresas dominam quase completamente o mercado da cerveja, a bebida mais consumida pelos brasileiros

por *Rafael Hernandes*



**QUANDO** o repórter da *Retrato do Brasil* bate à porta da fábrica da Colorado, microcervejaria instalada há cerca de 15 anos em Ribeirão Preto, interior paulista, numa manhã de sábado, é recebido por ninguém menos que o mestre cervejeiro da empresa, Laércio Shnya. Ele explica e mostra ao visitante todas as etapas da produção, desde a fase inicial – de mistura dos ingredientes em duas grandes tinas localizadas na entrada do galpão, passando pela fermentação, maturação, decantação e pasteurização do produto – até a obtenção da cerveja pronta, ao fim do processo, quando o líquido é engarrafado, rotulado e armazenado em caixas para ser levado aos distribuidores. Segundo Shnya, cada garrafa de cerveja, que os beberrões mais vorazes são capazes de consumir em poucos minutos, leva de 20 a 28 dias para ficar pronta. “Só a maturação e decantação levam 14, 15, até 20 dias para terminar”, explica.

A Colorado é um exemplo do perfil de boa parte das dezenas de pequenas cervejarias que ainda resistem no mercado nacional. Com produção mensal de aproximadamente 40 mil litros e faturamento anual girando na casa dos 2 milhões de reais, a marca é distribuída especialmente na região Sudeste e sua produção, assim como a de outras micro, destina-se a um público diferenciado que, em troca de um produto de qualidade superior e paladar mais apurado, se dispõe a pagar 10, 20 ou até 80 reais por uma única garrafa.

É um nicho de mercado que não representa mais que 1% do setor, que no último ano movimentou mais de 31,5 bilhões de reais com a venda de 7,7 bilhões de litros, o que faz do País o quarto maior produtor mundial da bebida, atrás apenas de EUA, China e Alemanha.

Os outros 99% do mercado brasileiro estão nas mãos de apenas quatro grandes empresas: Ambev, Schincariol, Petrópolis e Heineken. No final do ano passado, as quatro detinham, respectivamente, 69,9%, 11,8%, 9,5% e 7,6% do mercado. Tamanho grau de concentração é um fenômeno relativamente novo no segmento: começou

há pouco mais de 10 anos, quando ainda existiam várias grandes e médias cervejarias, nenhuma das quais detinha mais que 25% de *market share*. Em 1999, esse panorama começou a ser alterado quando Brahma e Antarctica anunciaram sua união, criando a Ambev. Cinco anos depois, esse processo se intensificou com a chegada das grandes cervejarias estrangeiras e o anúncio da incorporação da Ambev pela belga Interbrew. No ano passado, a compra da norte-americana Anheuser-Busch tornou esse conglomerado o maior do mundo no ramo, ultrapassando o grupo britânico SAB Miller.

### PREJUÍZOS SÉRIOS

Outro processo importante foi a trajetória das marcas Kaiser e Bavaria, originalmente nacionais, mas depois vendidas em sequência para a canadense Molson, a mexicana Femsas e, recentemente, para a holandesa Heineken, terceira maior cervejaria do mundo. Simultaneamente, Schincariol e Petrópolis, que permaneceram sob con-

## Com a concentração, se os grandes baixam a qualidade, os demais seguem

trole de capital nacional, rapidamente se assenhorearam do que sobrou do mercado. Em 1998, a fatia da Schin era de apenas pouco mais de 7% e a Petrópolis era uma marca regional, de pequena distribuição. Hoje, as duas somadas possuem mais de 21% do mercado cervejeiro.

Para Marcos Pó, assessor técnico do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), o estabelecimento de um setor com poucos concorrentes pode trazer sérios prejuízos aos consumidores, com aumento de preços e perda da qualidade dos produtos. “Em um setor em que existem apenas duas ou três empresas, estas definem o padrão do mercado. Se mudarem a qualidade do produto, o consumidor não tem muita alternativa e isso acaba forçando a concorrência a fazer o mesmo”, explica.

A discussão pública sobre a questão foi estimulada recentemente com a publicação, pela *Folha de S. Paulo*, em meados

de dezembro, de artigo do físico Rogério Cezar de Cerqueira Leite, professor da Unicamp. Cerqueira Leite questionou a qualidade da bebida produzida pelas cervejarias gigantes, apontando o uso de malte feito de milho (em vez do de cevada) em sua composição, além do emprego de lúpulo de baixa qualidade, que obrigaria à utilização de conservantes (o lúpulo, além de suas utilidades ao paladar, é um conservante natural).

Segundo Pó, os males da concentração não se limitam à eventual baixa da qualidade e se estendem ao uso de práticas anticoncorrenciais. Foram exatamente esses os motivos que levaram o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a acatar denúncia feita pelo grupo Schincariol e punir a Ambev, em julho do ano passado, com uma multa de 352,7 milhões de reais, a maior já aplicada pela entidade. Por unanimidade, os conselhos julgaram como prática anticompetitiva o programa “Tô Contigo”, que previa a distribuição de brindes como refrigeradores, mesas, cadeiras e descontos em compras futuras em pontos de venda (bares e restaurantes), medida que levou a empresa a obter exclusividade em diversos locais. A multa, equivalente a 2% do faturamento bruto da companhia em 2003, ano anterior à abertura da investigação, foi suspensa dois meses depois pelo Tribunal Regional Federal (TRF) de Brasília por meio de decisão liminar.

Após a divisão do mercado entre as quatro grandes, as micro ganharam destaque no noticiário. Entre 2007 e 2008, a Schincariol partiu com apetite para cima de várias delas, comprando a paulista Baden Baden, a fluminense Devassa, a catarinense

Eisenbahn e a pernambucana Igarassu, todas por valores inferiores a 100 milhões de reais. Ao contrário do que se poderia imaginar, esse processo não parece ter prejudicado as pequenas cervejarias que se mantiveram independentes. Pelo menos é o que avalia o diretor de Marketing da Colorado, Rodrigo Nikima.

### NICHO ERRADO

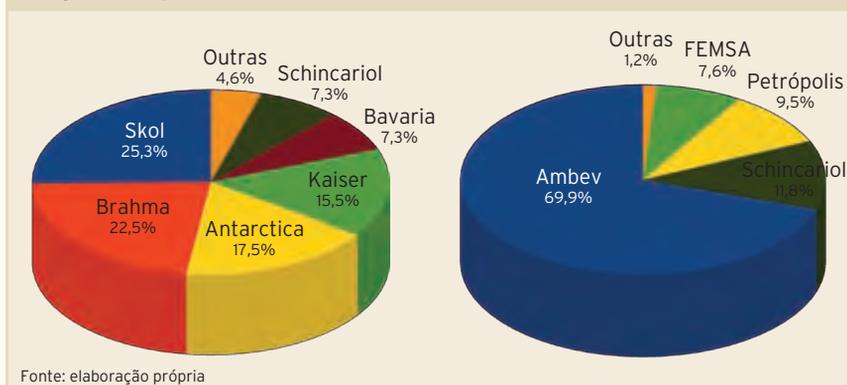
De acordo com ele, após comprar aquelas marcas, a Schin passou a distribuí-las a outros nichos, como os grandes varejistas, mercado diferente daquele em que atuam as pequenas cervejarias. Isso teria feito muitos distribuidores desistirem das marcas comercializadas pela Schin. “Tenho clientes que eram distribuidores fiéis da Eisenbahn, mas que dizem não ser mais possível trabalhar com eles”, diz. Para comprovar seu ponto de vista, Nikima diz que em 2009 a Colorado obteve aumento de 25% em seu faturamento e espera crescer outros 25% a 30% neste ano. Panorama parecido com o vislumbrado por outras microcervejarias.

Apesar do otimismo, Nikima reconhece que a configuração atual diminui muito a chance de uma nova empresa ingressar no mercado nacional para competir de igual para igual. “Nenhuma companhia criaria uma marca nova para concorrer. Elas só fazem compras, fusões, parcerias...”

Sem concorrência, resta aos milhões de brasileiros apreciadores de cerveja submeterem-se à eventual baixa de qualidade da bebida. Até porque, pelo volume de produção e pelo preço, a cerveja de melhor qualidade produzida pelo reduzido número de microcervejarias é coisa para o bico de poucos. ■

### CADA VEZ MAIS CONCENTRADO

Em 1998, apenas seis produtores detinham 95% do mercado. Agora, só quatro ficam com 99%



# A QUESTÃO CAMBIAL

Apesar dos espetaculares fracassos, nossos “mercadistas” querem radicalizar o modelo vigente. A saída, no entanto, deve ser buscada em outra direção

por *Lecio Moraes*



A **TENDÊNCIA** atual de valorização do real, intermediada por curtos períodos de desvalorização, se insere em um momento internacional complexo de grandes mudanças e também de crise. As mudanças que o sistema capitalista mundial vem sofrendo nas últimas décadas, particularmente visíveis neste começo de século, são de dimensões tectônicas. Envolvem um gigantesco deslocamento produtivo da bacia do Atlântico Norte para o leste e o sul da Ásia e uma globalização financeira que mantém o centro financeiro do sistema nos EUA, tendo por base o dólar – uma inédita moeda internacional sem lastro.

A crise financeira fragilizou exatamente o centro financeiro do sistema, permitindo ver mais claramente as dimensões desse processo e expondo a decadência relativa da economia americana.

As circunstâncias desse processo sistêmico permitiram, até agora, que alguns países da periferia, inclusive o Brasil, venham superando, com vantagem, o primeiro impacto da crise. No caso brasileiro, não só nos recuperamos bem como reduzimos nosso passivo externo líquido, medido pela posição internacional de in-

vestimento, embora nossa vulnerabilidade continue alta.

Ao mesmo tempo, os problemas dos “emergentes” se avolumam, com “bolhas” de valorização de ativos se deslocando para seus mercados financeiros, valorizando suas moedas ou submetendo-as a desvalorizações bruscas e por curto período. No caso do real, a valorização decorre não de saldos no comércio externo, mas de fluxos de capitais financeiros de curto prazo e das expectativas formadas a partir de operações com derivativos dentro e fora do País. A taxa de juros é um incentivo à valorização, embora ela própria acabe sendo influenciada também pelo mercado de derivativos. Já os curtos períodos de desvalorização, como o do início deste ano, são também nocivos por não permitir um planejamento produtivo de longo prazo.

No Brasil, as “soluções” para a valorização dividem-se em dois grupos. O primeiro deles continua a advogar “medidas de mercado”, uma ainda maior abertura financeira e uma ação do Banco Central (BC) comprando e vendendo dólar no dia a dia, como mais um agente do mercado, o que implica custos fiscais relevantes. Os defensores desse tipo de medida até tomam como positiva a ocorrência de um déficit em conta-corrente, estimado



pelo BC em 40 bilhões de dólares neste ano, visto que acarretaria uma saída de divisas do País.

O outro grupo defende a intervenção estatal, impondo barreiras à entrada do fluxo financeiro de dólares e regulamentação mais estrita do mercado monetário interno, logrando, até agora, vitórias pontuais.

Os “mercadistas” têm fracassado espetacularmente, tanto em deter a valorização do real, registrada desde 2004, como nos custos fiscais que suas medidas provocaram. A acumulação de reservas pelo BC ocasionou uma explosão da dívida pública de curto prazo, implicando um grande custo fiscal. Afora as perdas iniciais da desvalorização de 1999 até 2001, a flutuação do câmbio tem custado desde 2002 até o final de 2009, só em emissões de títulos compromissados pelo BC, 454 bilhões de reais, algo equivalente a 15% do PIB e ao dobro do superavit bruto da Previdência no mesmo período.

Por outro lado, criou-se um novo mercado de derivativos financeiros que se propõe a proteger empresas expostas aos riscos cambiais, abrindo uma nova oportunidade para os agentes financeiros ganharem com o câmbio. Um ganho que vem sendo subsidiado, em última instância, pelo Tesouro por meio das operações de swap do BC. Assim, enquanto os mecanismos são de “mercado”, os custos são públicos.

Esse fracasso, longe de desanimar os “mercadistas”, faz que advoguem medidas ainda mais radicais de liberação financeira

e até a transformação do real em moeda livremente conversível. E, de acordo com informação divulgada pelo diário *Valor Econômico* em meados de janeiro, estaria em curso, inclusive, um “Projeto Ômega”, patrocinado por entidades de instituições financeiras e pela Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F-Bovespa), a ser lançado neste mês, para transformar a cidade de São Paulo em um distrito financeiro internacional para a América Latina.

A manutenção de um regime de livre flutuação do câmbio se fundamenta na experiência de estabilidade que essa política traz às grandes economias capitalistas. Mas a flutuação só fornece estabilidade cambial pelo fato de esses países sediarem os grandes centros financeiros que comandam o mercado de moedas no mundo, com sistemas financeiros sob a tutela de seus Estados, que podem neles atuar como emprestadores de última instância, como vimos na atual crise.

Para países da periferia, como o Brasil, incapazes de influenciar o valor internacional de suas moedas, um regime de flutuação cambial será sempre artificial e fiscalmente oneroso. A flutuação, mesmo no dia a dia, será sempre “suja” por falta de instituições financeiras poderosas que suportem os custos da flutuação do valor de sua moeda, ficando para o BC esse papel, mas às custas do Tesouro.

Esse princípio vale tanto mais caso se avance para a constituição do real como moeda livremente conversível. A conversibilidade não significa apenas que transações internacionais possam ser denominadas ou pagas em uma moeda nacional, o que é vantajoso, mas, sim, que essa moeda pode ser depositada e emprestada por instituições dos grandes

centros financeiros mundiais, permitindo a criação de moeda fora do seu sistema financeiro.

Para os Estados das grandes economias centrais que influenciam a determinação dos movimentos financeiros internacionais e, consequentemente, o preço de sua moeda no exterior, manter a sua conversibilidade pode ter um custo possível e compatível com as vantagens que ela traz. Já para os periféricos, como o Brasil, haveria uma perda de controle sobre a moeda nacional que só geraria desastres. Esse não é o caminho.

Essa visão realista da composição de forças existentes no sistema capitalista internacional, mesclando poder econômico e estatal, faz que, a depender da posição que os Estados ocupem nesse sistema, eles sejam diferentes, demandando, por consequência, diferentes soluções. Isso explica a artificialidade e a ineficiência, no Brasil, dos mecanismos cambiais adotados pelos países centrais. Essa constatação é que deve orientar uma solução para o regime cambial do real.

Mesmo não podendo, agora, simplesmente adotar o “modelo” cambial chinês, o Brasil deve considerar que a imposição de barreiras à entrada de divisas e uma regulamentação restritiva do mercado interno de moeda, de modo a reduzir a flutuação do real de longo prazo, é o único caminho que pode evitar que nosso desenvolvimento seja abortado, condenando-nos à periferia por mais um século. ■

**Lecio Morais** é economista, mestre em Ciência Política e atua como assessor técnico na Câmara dos Deputados

# OS RICOS? CADÊ OS RICOS?

Vários estudos apontam intensa mobilidade na base da pirâmide social brasileira. Nesses cálculos, entretanto, a renda e a riqueza acumulada pelos mais endinheirados não entram. Se contabilizadas, poderiam revelar um país ainda mais injusto

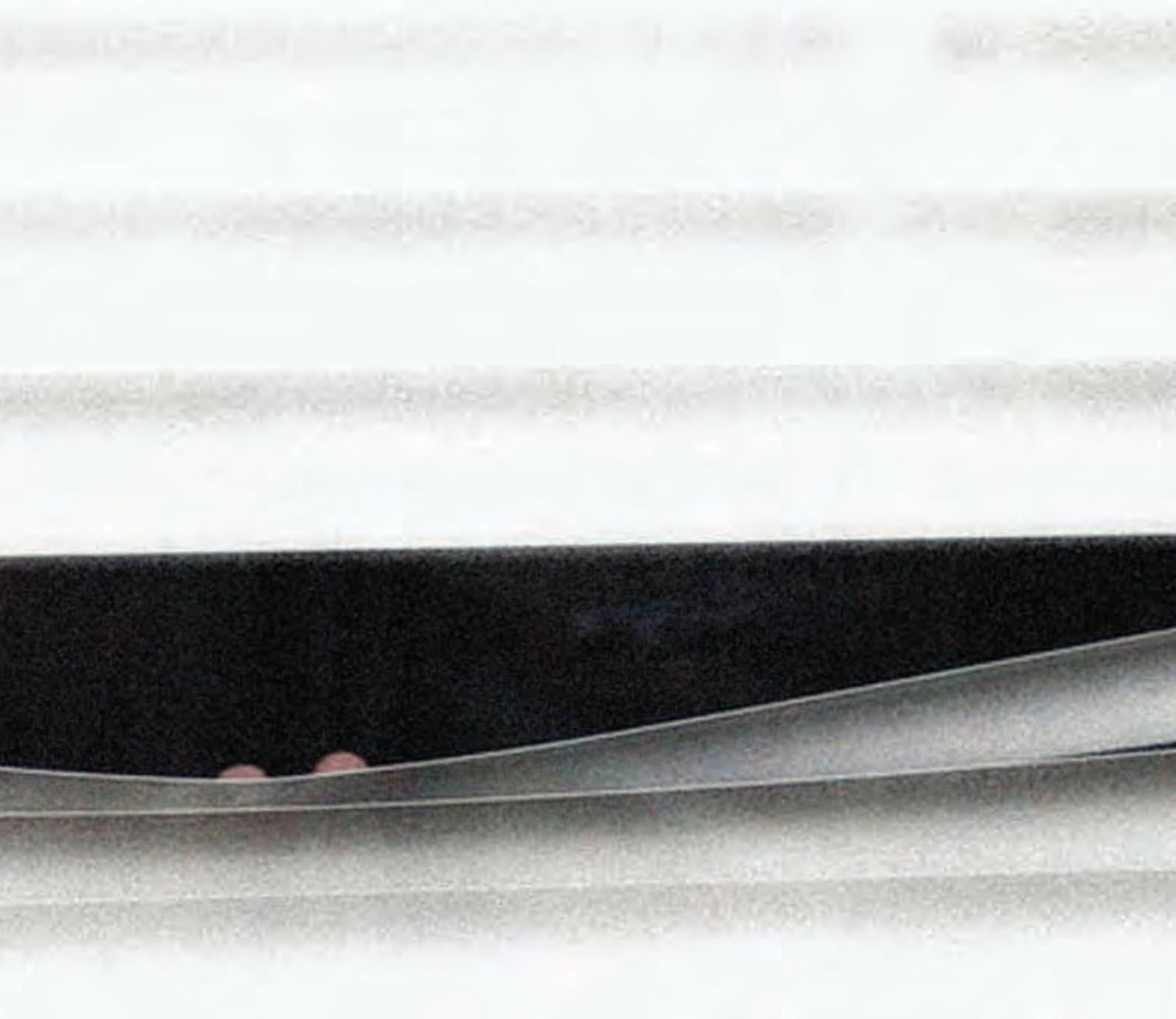
por **Tânia Calliari**

**A QUE PONTO** chegaria o índice de concentração de renda no País se soubéssemos com precisão como vivem os ricos brasileiros? Como isso afetaria a ação política de governos, partidos e grupos sociais organizados que buscam reduzir a desigualdade entre nós? Essas perguntas talvez tenham rondado a cabeça de alguns dos vários jornalistas que acompanhavam, no início do ano, em São Paulo, a apresentação do estudo “Pobreza, desigualdade e políticas

públicas”, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e que teve como qualificado mestre de cerimônias ninguém menos que o economista Marcio Pochmann, presidente do órgão.

O trabalho mostra que a tendência já apontada por Pochmann e outros pesquisadores se mantém: o Brasil está reduzindo seus níveis de pobreza extrema e absoluta. Entre 2003 e 2008, em todo o País, a pobreza do primeiro

tipo (em que se enquadram pessoas que vivem em famílias com renda mensal de até um quarto de salário mínimo *per capita*) caiu, em média, 3,1% ao ano, atingindo 10,5% da população (19,9 milhões de pessoas). E a do segundo (que engloba a população que pertence a famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo) diminuiu 2,1%, totalizando 28,8% da população (54,6 milhões). Se esses avanços se repetirem ininterruptamente até



2016, avalia o estudo, o resultado será a extinção da pobreza extrema no País. “O Brasil pode praticamente superar o problema de pobreza extrema, assim como alcançar uma taxa nacional de pobreza absoluta de apenas 4%, o que significa quase sua erradicação”, afirma o texto.

### **SEM INFORMAÇÃO**

Pochmann falou também do índice de Gini, relativo à concentração de renda no Brasil, que caiu de 0,561 para 0,544 no mesmo período (quanto mais próximo de 1, maior a concentração da riqueza). De acordo com o estudo, esse indicador poderá chegar a 0,488 em 2016, “um pouco abaixo do verificado

em 1960 (0,499), ano da primeira pesquisa sobre desigualdade de renda no Brasil realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. Como sempre, o dirigente do Ipea ressaltou que essa redução da desigualdade limitou-se à esfera dos rendimentos do trabalho. Os dados básicos do estudo são retirados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada em praticamente todo o País. A Pnad inquirir sobre a renda vinda de diferentes fontes, mas geralmente os pesquisados se limitam a informar seus ganhos relativos aos salários e renda do trabalho. “Se no cálculo sobre distribuição de renda incluíssemos também os dados relativos à renda do capital, que

é parte da fonte de riqueza dos ricos, a desigualdade de renda no Brasil certamente seria maior”, disse Pochmann aos jornalistas, referindo-se a informações sobre os rendimentos com lucros e dividendos do capital, investimentos financeiros, aluguéis, aplicações em bolsa etc. Um indício apontado por ele de que a contabilização desses outros tipos de bens e de fontes de renda elevaria o patamar da concentração de riquezas é o índice de Gini de concentração da propriedade fundiária (0,854), muito superior ao de concentração da renda. A renda obtida com a valorização ou com o arrendamento dessas propriedades não entra nesse cálculo.

Pochmann reconhece que para se ►

conhecer a verdadeira concentração de renda no Brasil, inclusive com o objetivo de atuar no sentido de redistribuí-la, é preciso levar em conta a renda e a riqueza acumuladas pelos ricos. Destes, no geral, se tem notícias somente a partir de levantamentos feitos por consultorias internacionais, que anualmente divulgam relatórios contabilizando os milionários e bilionários de todo o mundo, inclusive do Brasil. Sem acesso a informações estatísticas mais precisas acerca dos ricos, corre-se o risco de cometer equívocos, como os que ocorrem em certas interpretações da pesquisa comandada por Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Neri também se baseia em informações sobre os rendimentos do trabalho (Pesquisa Mensal de Emprego e Renda, PME, do IBGE), mas não parece ter o mesmo cuidado de Pochmann ao apresentar suas conclusões: ele faz questão de destacar que há uma elite entre os que vivem desses rendimentos, cujos interesses estariam, de alguma forma, contrapostos aos das camadas mais baixas. Um problema central dessa concepção é que o padrão de rendi-

mento a partir do qual se determinam os membros dessa elite é muito baixo. E como o limite superior não é definido, (afinal, trata-se do topo da sociedade) ali se misturam pessoas e grupos sociais sem maior critério. Para resumir: caberiam nessa elite tanto os jornalistas presentes à apresentação de Pochmann quanto ele próprio. E todos poderiam ser empacotados com ninguém menos que Eike Batista, o mais destacado bilionário brasileiro, e marcados com etiquetas nas quais se leria “Ricos”.

#### “MADE IN USA”

Neri é o autor de “A nova classe média”, pesquisa lançada em meados de 2008. Seu estudo apontou que as pessoas pertencentes a famílias que tinham renda mensal entre 1.064 reais e 4.501 reais correspondiam a mais da metade da população do País, saltando de 42,26% para 51,89% entre 2004 e 2008, chegando a 98,6 milhões de brasileiros. Essa faixa de rendimento definiu para Neri a nova classe média brasileira, que foi denominada classe C.

Em meados de 2009, Neri avaliava que a crise econômica que chegou ao

Brasil em setembro do ano anterior não havia interrompido o processo de expansão da classe C. Em pesquisa divulgada em meados de fevereiro, porém, ele constatou que houve retraimento da classe C entre os finais de 2008 e 2009. Nesse período, a classe C (cuja faixa de renda foi atualizada para o intervalo entre 1.115 reais e 4.807 reais) diminuiu 0,4% (foi de 53,81% da população para 53,58%). Já a classe A/B (a elite, com renda superior a 4.807 reais) aumentou 0,2% (de 15,33% para 15,63%). A classe D (renda entre 804 reais e 1.115 reais), também cresceu 1,4% (de 13,18% para 13,37%). E a classe E (renda inferior a 804 reais), diminuiu 1,5% (de 17,68% para 17,42%). As variações não foram grandes, mas segundo Neri, a crise produziu uma parada súbita do movimento de redução da pobreza e do aumento da classe C entre 2003 e 2008.

Segundo o pesquisador da FGV, “a nossa classe C aufere, em média, a renda média da sociedade, ou seja, é classe média no sentido estatístico”. Neri responde prontamente às críticas a respeito dos limites de renda de sua classe média. “Para aqueles que acham que a renda da classe C é baixa, acordem, pois ela é a imagem mais próxima da sociedade brasileira. À elite que se julga classe média: procure as palavras ‘Made in USA’ atrás de seu espelho”.

Apesar de as eventuais conclusões distorcidas que podem ser tiradas do trabalho conduzido por Neri, não há dúvidas de que seus resultados ajudaram a chamar a atenção para a ampla mobilidade social em curso no País. Em parte, essa mobilidade é fruto da estruturação de direitos e de políticas públicas desenvolvidos desde a Constituição Federal de 1988 e voltados para educação, saúde e previdência, além dos programas de transferência de renda, aprofundados no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o programa Bolsa-Família. Mas também essa mobilidade foi possível com os aumentos reais do salário mínimo, com a melhora dos índices relativos ao emprego formal e com a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – 4,5%, em média, entre 2004 e 2007.

Waldir Quadros, professor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) e do Instituto de Economia da Universidade Estadual

Pochmann: se os rendimentos do capital fossem contabilizados, a desigualdade seria maior



de Campinas (Unicamp), é mais um dos que constata essa mobilidade. Ele, no entanto, diverge da principal conclusão de Neri. Embora concorde que a classe C passou a ser a camada mais numerosa da estrutura social, diz ser totalmente inadequado concluir que agora temos uma sociedade de classe média. “Nas condições brasileiras, um autêntico padrão de classe média pressupõe o acesso, com recursos próprios, à educação de qualidade; a cursos de idiomas; a viagens internacionais; a convênios médicos abrangentes; a moradias diferenciadas; a alguma das diversas modalidades de segurança pessoal; a serviços pessoais especializados, como psicólogos, dentistas, oculistas, fisioterapeutas, nutricionistas etc.”, afirma Quadros, em estudo que também enfoca o período analisado por Neri. “O que, convenhamos, está muito distante das condições da sofrida classe C, que no máximo pode ser classificada como remediada ao se diferenciar da massa de pobres e de miseráveis”.

Quadros trabalha há anos elaborando uma estratificação social do País e acompanhando sua mobilidade. Partindo dos dados anuais da Pnad, o pesquisador utiliza as variações do rendimento do membro melhor remunerado da família para flagrar a mobilidade social. O pesquisador não divide a sociedade simplesmente de acordo com o poder aquisitivo, no entanto. “Para falar de classe social, faço um recorte nos microdados sobre ocupação e renda dos indivíduos. Minha ideia é ainda utilizar a jurássica divisão social do trabalho, pois a classe social não é algo relativo ao consumo, mas à inserção social na produção”, diz.

Quadros parte do contingente de pessoas ocupadas no País (92,4 milhões, em 2008) e o divide em 12 grupos ocupacionais que incluem empregadores e não empregadores; trabalhadores e proprietários agrícolas, trabalhadores domésticos e trabalhadores não remunerados urbanos; trabalhadores assalariados e trabalhadores autônomos. A partir de uma abordagem do sociólogo americano Wright Mills, distingue também grupos de trabalhadores de “colarinho branco” (que não se envolvem manualmente com a produção, como o fazem os operários) e os divide entre assalariados e autônomos e suas ocupações. Finalmente,

o economista adota os rendimentos médios como critério de estratificação. Cada grupo é formado por várias ocupações divididas por limites de renda. Sendo assim, o grupo de “colarinhos brancos assalariados” e todos os outros se dividem em ocupações consideradas de alta classe média, de média classe média, de baixa classe média, da massa trabalhadora e de miseráveis.

### **BAIXA CLASSE MÉDIA**

Entre os colarinhos brancos assalariados não há ocupações com renda de miseráveis, mas a grande maioria deles está concentrada nas ocupações da baixa classe média, com 67% dos ocupados. Estão aí os vendedores do comércio, auxiliares administrativos, recepcionistas, técnicos em enfermagem, operadores de telemarketing. Entre os colarinhos

brancos assalariados de alta classe média estão os professores universitários, funcionários da Justiça, auditores, médicos, analistas de sistema. Fora da classe média e entre a massa trabalhadora, os colarinhos brancos assalariados são poucos e suas ocupações principais são de bilheteiros e contínuos.

Com base em dados de 2008, Quadros dividiu as famílias da seguinte forma (lembrando que a renda refere-se ao membro mais bem colocado): alta classe média, acima de 3.177 reais (7,5% das famílias); média classe média, entre 1.588 reais e 3.177 reais (12,9%); baixa classe média, de 635 reais a 1.588 reais (39,9%); massa trabalhadora, entre 317 reais e 635 reais (33%); e miseráveis, abaixo de 317 reais (9,8%).

Em sintonia com o trabalho de Neri, Quadros aponta que entre 2003 e ▶

Neri: no Brasil, a elite que se reconhece como classe média deveria olhar atrás do espelho



Dryan Dornelles

2007 ocorreu forte mobilidade social nas camadas inferiores, com o sensível crescimento da baixa classe média. Em termos absolutos, calcula, 27,4 milhões de pessoas saíram da miséria, ou aproximadamente 15% da população de 2007. A diminuição dos miseráveis resultou na expansão da massa trabalhadora em 7,9 milhões, de pessoas e a classe média como um todo ganhou 19,5 milhões de pessoas: 10,6 milhões entraram na baixa, 6,2 milhões na média e 2,7 milhões na alta.

### POUCA TECNOLOGIA

Quadros, no entanto, azeda as interpretações mais otimistas sobre a mobilidade social ao apresentar uma visão mais ampla do que aconteceu fora do mundo dos ricos. “O movimento mais expressivo de ascensão teve como limite a baixa classe média, ou a classe C”. Em 2008, aliás, ele verificou que a alta classe média, que vinha aumentando desde 2005, parou de crescer e até diminuiu, passando de 8,1% para 7,5% das famílias em 2007. A razão dessa queda e da limitação da ascensão social no Brasil seria, segundo Quadros, a “baixa performance da economia brasileira”. “É uma economia de baixo conteúdo

tecnológico, por isso cria empregos de baixa remuneração”. Segundo o economista, o recente movimento de crescimento econômico foi resultado, sobretudo, do desempenho do setor primário exportador. “Ao longo dos anos 1990, instaurou-se uma forma de condução da política macroeconômica e de inserção internacional que penaliza os setores industriais tecnologicamente mais avançados, diversificados e integrados”. Assim, deu-se a estagnação das camadas superiores dos trabalhadores, o que, segundo Quadros, representa “um

não há dados sobre esse estrato, pois ele trabalha sempre com a renda do trabalho. Mas suspeita que tenham passado bem. “Sabemos que justamente os rendimentos e benefícios oriundos da posse e da gestão da riqueza (juros, dividendos, participações, ganhos imobiliários, benefícios indiretos etc.) foram preservados e expandidos nesta longa fase de estagnação produtiva”, afirma em seu estudo.

O professor da Unicamp diz que, devido a essa falta de dados, ele não se atreve a fazer análise de concentração

## A desconcentração foi feita com recursos do Estado. Já o sistema tributário brasileiro tira dos pobres e dá aos ricos

preocupante processo de estreitamento dos canais de ascensão social”.

E como se comportaram os ricos nessa conjuntura? Quadros diz que

de renda no Brasil. “Para isso, faltam os dados dos ricos. O máximo que se pode falar é sobre a distribuição de renda do trabalho, referente ao que “sobra” após a apropriação pelos detentores da riqueza nacional”, diz.

Quadros: a distribuição sobre a qual se pode falar é, no máximo, a da renda do trabalho



Antonio Perri

### 0,01% COM 40% DO PIB

Não é de hoje que Pochmann persegue os dados que ajudariam a conhecer melhor a distribuição de riqueza na sociedade brasileira. Em 2005, ainda como secretário municipal do Trabalho, Desenvolvimento e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo, organizou o livro *Os ricos no Brasil*, no qual destacou 5 mil famílias, ou 0,01% do total, que teriam um patrimônio equivalente a 40% do PIB nacional. O estudo parte da premissa de que a pobreza não é simplesmente consequência do fracasso na trajetória individual, mas sim produto de luta social e política na qual uma pequena parcela da população se organiza e age para manter seus privilégios e para assegurar a posse da maior parte da riqueza.

Esse trabalho foi baseado, entre outras fontes, no Censo Demográfico, na Pnad e em informações da área tributária. Os pesquisadores, no entanto, sabem que, assim como em qualquer

outro lugar do mundo, a fonte de dados mais apropriada para se conhecer a renda e o acúmulo de riqueza da elite são os cadastros da Secretaria da Receita Federal (SRF). Quatro anos após publicar *Os ricos no Brasil*, Pochmann conseguiu, já como presidente do Ipea, órgão ligado ao Ministério do Planejamento, que a SRF assinasse um convênio de cooperação de estudos com o Instituto, a partir do qual os pesquisadores do órgão esperam ter acesso aos microdados relativos ao Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF).

“A ideia é que essas informações não sejam passadas para o Ipea especificamente, mas que sejam tornadas públicas, como são os microdados da Pnad”, diz o economista Cláudio Hamilton dos Santos, coordenador de finanças públicas da Diretoria de Estudos Macroeconômicos da instituição e um dos responsáveis pela proposta do convênio.

### DOS POBRES PARA OS RICOS

Até meados de fevereiro, porém, o Ipea havia recebido da SRF apenas dados muito genéricos. Sem acesso aos dados individualizados, Santos e sua equipe têm utilizado dados que chama de “subótimos” – obtidos na Pnad, nos cadastros de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de regiões metropolitanas etc. – para realizar um estudo sobre justiça tributária. “Já dá para ver que até agora o processo de desconcentração de renda que vem ocorrendo no Brasil foi feito com os recursos do Estado”, diz. “Quando o governo aumenta o salário mínimo, há aumento da renda da base e também dos gastos com a previdência social. Há também os gastos com programas de transferência de renda. É dessa forma que se tem conseguido distribuir a renda”.

Em termos tributários, não houve qualquer mudança que ajudasse o processo de desconcentração de renda. “A tributação continua tão regressiva que distribuí dos pobres aos ricos”, diz Santos. Segundo ele, o modelo atual de redistribuição está atingindo seu limite. “Qual o próximo passo? Deixar a desigualdade nesse patamar ou mexer na política tributária para aprofundar a desconcentração?”

Por meio dos dados da SRF, segundo Santos, seria possível conhecer

a composição dos rendimentos dos ricos saber o peso e a evolução de cada fonte de renda na riqueza dos estratos mais altos da população. Foi isso que os pesquisadores Thomas Piketty, da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, e Emmanuel Saez, da Universidade da Califórnia, realizaram no artigo “Income Inequality in the United States – 1913-1998” (“Desigualdade de renda nos Estados Unidos 1913-1998”, publicado no *Quarterly Journal of Economics*, em fevereiro de 2003) a partir dos dados do Internal Revenue Service (<http://www.irs.gov/taxstats/index.html>), órgão do governo dos EUA equivalente à SRF que disponibiliza todos os microdados fiscais para a população.

De posse dessas informações, divulgadas anualmente desde que o imposto

de renda foi instituído, em 1913, os pesquisadores puderam estudar a variação da renda do topo da sociedade americana (dos 10% mais ricos, do 1% mais rico e de suas frações) entre 1913 e 1998. Por meio da análise de uma série homogênea do rendimento dos 10% de maior renda no país, foi possível concluir que a desigualdade nos EUA diminuiu a partir da Grande Depressão dos anos 1930 e durante o forte surto de industrialização pós Segunda Guerra Mundial. Essa desigualdade, no entanto, voltou a crescer nos anos 1970.

Ao longo desse período, a parte da renda apropriada pelos 10% mais ricos teve um comportamento semelhante ao sobe e desce da desigualdade. No período entreguerras, os 10% mais ricos obtiveram de 40% a 45% da renda. Durante a Segunda Guerra, sua parte ▶

Piketty: a desigualdade diminuiu a partir dos anos 1930 e aumentou desde a década de 1970



Divulgação





**Nosso trabalho  
é cuidar do maior  
recurso energético do  
Brasil: o brasileiro.**

A Petrobras acredita no brasileiro e por isso não para de investir em projetos sociais. Acesse [www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br) e conheça nossas ações. Mais que uma referência na busca de energia, a Petrobras é hoje uma referência na busca pelo desenvolvimento social.

**BR PETROBRAS**

O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

Ministério de  
Minas e Energia



caiu para 30% do total e permaneceu entre 31% e 32% até 1970, quando começou a subir novamente, atingindo 40% em meados de 1990.

De acordo com a pesquisa, a queda da renda dos ricos e, conseqüentemente, da desigualdade, se deu graças à criação e ao desenvolvimento de uma taxaço progressiva da renda. As grandes fortunas, cujos rendimentos patrimoniais alimentavam a renda dos 0,01% mais ricos no início do século XX, foram acumuladas durante o século XIX, num momento em que praticamente não existiam impostos progressivos (só havia imposto progressivo sobre propriedade, e que era muito baixo) e os rentistas podiam dispor de quase todo o seu rendimento para consumir ou acumular.

Após sofrerem grandes perdas em suas fortunas devido à crise financeira de 1929, esses capitalistas não puderam mais se recuperar porque passaram a enfrentar uma nova realidade fiscal, marcada por aumentos significativos dos impostos sobre os altos rendimentos e sobre a renda das corporações, além da adoção de taxas estaduais progressivas que garantiram maior equidade nas décadas seguintes.

A partir dos anos 1970, o aumento da desigualdade de renda foi retomado como consequência direta do crescimento dos salários dos altos executivos e da queda da taxaço dos altos rendimentos, a partir dos anos 1980. A parte dos salários abocanhada pelo 1% mais rico aumentou de 5% do total em 1970 para 11% em 1998. Os autores destacam que parte desse aumento se deveu ao desenvolvimento da remuneração por meio de compras de ações das companhias de capital aberto e de outros bônus vinculados a metas e a resultados, que são registrados como salários no imposto de renda. Nos EUA, até o início da atual crise, somente 20% da remuneração total dos presidentes de empresa era composta de salários fixos. O restante é variável, dependendo dos resultados da empresa (segundo o Portal Exame, no Brasil a proporção é de 40% de salários fixos e 60% de variáveis).

Analisando o fenômeno do aumento dos altos salários nos EUA e comparando-o com dados de outros países, os pesquisadores concluíram

que esse incremento não se deveu apenas ao aumento da tecnologia e da produtividade do trabalho, mas também a fatores políticos, como a queda da resistência dos sindicatos contra as altas remunerações e mudanças de práticas gerenciais. Afinal, mesmo com o aumento da produtividade em suas empresas, países como França, Alemanha, ou Japão não registraram tamanho salto nos rendimentos de seus altos executivos. Na França, as rendas mais altas ainda são formadas principalmente pela renda do capital.

### ATRÁS DOS MILIONÁRIOS

E no Brasil? De onde viria a maior parte da renda do 1% mais rico do país? Por aqui, uma análise mais precisa ainda é impossível. Segundo a Pnad de 2008, 0,6% das 160,5 milhões de pessoas em idade ativa no País – 945 mil pessoas – têm rendimento mensal do trabalho acima de 20 salários mínimos (10,2 mil reais em valores de 2010). Segundo informações da SRF, sabe-se que 2,9% dos 23 milhões de brasileiros que declararam imposto de renda em 2007 tinham rendimentos tributáveis de diversas fontes (incluindo renda do trabalho

e patrimonial) de valor superior a 30 salários mínimos (15,3 mil reais). Seriam 680 mil pessoas.

Pelas contas do Ipea, baseadas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada nas seis principais regiões metropolitanas do País (que reúnem 25,4% da população total, 42% das pessoas mais ricas e produzem 37,1% do PIB nacional), 1% da população dessas regiões tinha renda mensal acima de 40 salários mínimos (20,4 mil reais), o que dava 476,5 mil pessoas. A elite brasileira, devido à nossa enorme pobreza, como diz Quadros, certamente está nesses grupos. Mas há uma distância muito grande entre essa conclusão e a de que todos são ricos.

O que dizem as consultorias internacionais, que geralmente avaliam o estoque de riqueza acumulada a partir de fontes do mercado financeiro, como administradoras de fortunas e bancos de investimentos? Em 2008, o banco administrador de fortunas Barclays Wealth (unidade do banco britânico Barclays) e a consultoria Economist Intelligence Unit divulgaram o estudo “Barclays Wealth Insights – Evolving Fortunes”, no qual faziam projeções sobre a criação e a apropriação de riqueza no mundo. Segundo a pesquisa, o Brasil, em 2007,

Batista: o dono do grupo EBX, nosso grande bilionário, também frequenta a elite A/B



tinha 6,3 milhões de domicílios com mais de 100 mil dólares em riqueza financeira (dinheiro, créditos, títulos e ações, seguros e reservas em fundos de pensão) e ativos não financeiros (como imóveis, exceto a própria residência, e peças de arte). Já o número de domicílios com riqueza maior que 500 mil dólares era de 450 mil. Estranhamente, o estudo não fornece o número de domicílios com riqueza superior a 1 milhão de dólares, número “desconsiderável”, segundo a pesquisa. Mas suas projeções apontam que em 2016 o País deverá ter 675 mil domicílios nessa faixa de riqueza, representando apenas 1,1% da população.

Já segundo o relatório anual “World Wealth Report” de 2009, produzido pelo banco Merrill Lynch e pela

de dólares em bens, o 61º colocado no ranking mundial. Os bilionários brasileiros, aliás, sentiram o golpe da crise, já que cinco deles saíram do seletíssimo clube, que chegou a reunir 18 brasileiros em 2008.

A crise explica as quedas. Os sucessivos aumentos anteriores do grupo de milionários no Brasil, no entanto, foram explicados por fontes locais dessas consultorias como causados pelo movimento da bolsa, pelas *commodities* e pela política monetária. Eles foram beneficiados pela abertura de capital de várias empresas em 2007, pela expansão dos negócios na bolsa, pela valorização do real e pela entrada de investimentos estrangeiros diretos que compraram ativos, aumentando a liquidez dos locais. Além disso, foram citados o

trabalho e não do capital. No Brasil, boa parte da economia ainda está nas mãos de firmas de capital fechado e concentrado, fazendo com que os donos levem esse excedente”.

É certo que as altas remunerações chegaram por aqui, mas não dá para medir seu impacto. Segundo um levantamento da consultoria Hay Group, o número de profissionais com ganho superior a 1 milhão de reais por ano passou de 275 para 528 entre 2005 e 2008 num universo de apenas 227 empresas, nenhuma do setor financeiro. Segundo a mesma fonte, em 2007 os oito mais altos executivos da Vale receberam juntos um pacote total de remuneração de 24 milhões de dólares. Também a Perdigão, antes de se fundir à Sadia, pagou 15 milhões de reais em remuneração total aos seus 11 principais executivos, em 2007. De acordo com um documento de marketing da própria revista *Exame*, 73% dos diretores de tecnologia brasileiros ganham entre 25 mil e 40 mil reais mensais, e 80% recebem entre cinco e seis desses salários como bônus, anualmente. A *Exame* também cita pesquisa da empresa de recolocação Catho que indica que em 2007 presidentes de bancos de investimento do primeiro time tiveram 10 milhões de dólares em bônus e executivos experientes em cargos de gerência, tiveram 1 milhão de dólares. Além disso, os profissionais do setor financeiro ganham, em média, 2,39 salários anuais em remuneração variável – na indústria, essa média fica em 1,56 salário.

O tema dos altos salários, como qualquer assunto ligado aos ricos, é tabu. No entanto, depois de anos de negociações com o mercado, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda que regulamenta o mercado de títulos mobiliários), conseguiu que as companhias de capital aberto fossem obrigadas a divulgar suas políticas de remuneração, incluindo os mais altos salários pagos a seus diretores, conselheiros administrativos e fiscais, além de explicitar o que é salário fixo e remuneração variável. Tudo em nome da transparência para os acionistas. Aguarda-se, pois, o surgimento de novos dados e estudos que possam dar uma ideia mais aproximada da verdadeira trajetória da concentração da riqueza no Brasil e de que lado os governos têm jogado realmente. ■

## Os bilionários brasileiros eram 13 no ano passado. O seletíssimo clube sofreu com a crise: em 2008, chegaram a ser 18

consultoria Capgemini, o número de milionários verificado no Brasil foi de 131 mil (não tão desconsiderável assim), tendo caído 8,4% em relação a 2008. Isso significou que 12 mil brasileiros deixaram de ser pessoas com High Net Worth Individuals (HNWI – alta riqueza líquida individual), ou seja, deixaram de ter pelo menos 1 milhão de dólares em fundos de investimento, imóveis (exceto a própria residência), bens duráveis e de consumo. A queda no número de milionários se deu devido à crise econômica mundial, e em todo o mundo a queda foi de 14,9%, reduzindo os endinheirados a 8,6 milhões de pessoas. O número de brasileiros milionários vinha subindo nos últimos anos e aumentou 19,1% de 2007 a 2008, chegando a 143 mil.

Já nossos bilionários são 13, segundo a última lista da revista Forbes, e são liderados no Brasil por Eike Batista, dono do grupo EBX, com 7,5 bilhões

de dólares em bens, o 61º colocado no ranking mundial. Os bilionários brasileiros, aliás, sentiram o golpe da crise, já que cinco deles saíram do seletíssimo clube, que chegou a reunir 18 brasileiros em 2008.

### ALTÍSSIMOS “SALÁRIOS”

Nessas análises, não há referência ao peso de altos salários. As assessorias do Merrill Lynch, do Boston Consulting Group e outras declararam não terem elementos para fazer tal avaliação. Um técnico do setor financeiro, porém, ariscou dizer que no Brasil o rendimento do capital deve ter maior peso do que o rendimento do trabalho nos altos estratos. “Até porque nas contas nacionais nos EUA a remuneração do trabalho como um todo atinge 70% do PIB, enquanto aqui atinge menos que 50%. Nos EUA, o grosso da economia é constituído por firmas abertas com ações pulverizadas e, assim, grande parte do excedente é apropriado por executivos e não donos. Isso, tecnicamente, é remuneração do



Banho de flores: cerimônia da posse incluiu rituais da cultura andina

# VITÓRIAS E DESAFIOS DE MORALES

Reeleito com folga depois de estatizar empresas importantes e de distribuir para a população mais pobre recursos da exportação de gás natural, presidente procura, agora, industrializar o país

por *Natália Viana*, de La Paz

**UM DIA ANTES** de tomar posse para o segundo mandato, no dia 22 de janeiro passado, o presidente boliviano Evo Morales foi às ruínas de Tiahuanaco, local sagrado da cultura andina, para receber o “bastão de mando”, símbolo de poder segundo a tradição. A cerimônia, que incluiu banhos de flores e oferendas para a “Mãe Terra”, Pacha Mama, foi feita também para agradecer à sabedoria dos espíritos pelas conquistas do mandato anterior.

Evo Morales tem mesmo muito a agradecer. Sua reeleição com 64% dos votos se deve, segundo alguns, ao fato de que a economia vai bem, obrigada. O país cresceu, em média, 5,2% ao ano desde 2006, segundo o Center for Economic Policy Research (CEPR), de Washington, e o Produto Interno Bruto (PIB) dobrou, desde 2004, chegando a 19 bilhões de dólares, atualmente. O PIB per capita pulou de 876 dólares para 1.733 dólares.

Além disso, no ano passado, a Bolívia parece ter tido o maior crescimento no continente: estima-se que tenha ficado entre 2% e 3% (contra 0,7% negativos no Brasil, por exemplo). De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o crescimento boliviano em 2010 será de 4,5%. E o Fundo Monetário Internacional (FMI) elogiou a Bolívia em um relatório publicado em

janeiro. Parabenizou as autoridades bolivianas “pela administração macroeconômica sensata e pelas políticas eficientes contra os impactos da crise global”.

Os bolivianos mais pobres concordam: “Você já viu aqui em volta? Viu as casas, que pobreza, a rua sem asfalto?”, perguntava, na manhã das eleições, Júlia Salaba Quispe, descendente aimará, em uma escola pública de El Alto, município

## A nacionalização expandiu muito o orçamento. Eles tomaram a decisão no tempo certo

pobre da periferia de La Paz. “Evo tem que ganhar. É o único que nos dá dinheiro, os outros não davam nem um centavo!”. Até 2008, essa mulher de 51 anos ganhava a vida vendendo verduras na rua. Desde então, seus três filhos passaram a receber a bolsa Juancito Pinto – um incentivo de 200 bolivianos (cerca de 50 reais) por mês para permanecerem na escola.

Outro eleitor apoia: “Evo Morales é o que ajuda mais. Não roubou os recursos naturais e nos ajuda com dinheirinho”, diz Benjamin Mani, de “quase 60 anos, acho”. Ele recebe 200 bolivianos por mês por meio do Renta Dignidad, destinado a idosos empobrecidos. Além disso, faz bico como pedreiro.

A raiz dessas mudanças, na avaliação de alguns especialistas, está na principal promessa de campanha de Morales em 2005: a nacionalização dos hidrocarbonetos. “A nacionalização expandiu muito o orçamento governamental. Eles tinham um grande programa de estímulo e tomaram a decisão de fazer isso no tempo certo, bem quando a crise econômica mundial estava começando”, explica Mark Weisbrot, diretor do CEPR (organização próxima do ex-presidente norte-americano Jimmy Carter). Desde 2004, a receita proveniente dos hidrocarbonetos pulou de 5,6% do PIB para 21,1% em 2009, aumentando a receita governamental em quase 20 pontos percentuais, para 44,3% do PIB.

“A velha regra da ortodoxia econômica, de que a coisa mais importante que um governo pode fazer é atrair investimentos externos a qualquer custo, simplesmente não é verdade”, diz Weisbrot. “Com a nacionalização, houve queda dos investimentos (externos), mas, mesmo assim, ▶

El Alto, perto de La Paz: até quem nunca tinha votado foi às urnas para fortalecer Morales

Ymañé Dawson



a Bolívia teve seu maior crescimento das últimas três décadas”.

As mudanças no setor público foram contundentes. Os gastos governamentais pularam de 34% em 2005 para 45,1% do PIB em 2008, sendo uma parte deste gasto relacionada a investimentos, que subiram de 6,3% em 2005 para 10,5% do PIB em 2009. “A maior parte foi investimento em infraestrutura”, diz Weisbrot. “Isso ajudou no aumento da formação de capital, que passou de 13% em 2005 para 17,2% em 2008”.

Uma parte do crescimento econômico se deveu ao aumento dos preços mundiais do petróleo e do gás, em 2008. A “nacionalização” teve um caráter midiático e limitado: tratou-se, na verdade, de um acordo “duro” para a renegociação dos contratos de exploração do petróleo, atribuindo ao Estado parte da propriedade das petrolíferas. Sim, elas foram indenizadas.

Não houve, no entanto, uma mudança de modelo para a indústria de hidrocarbonetos – a prioridade da Bolívia continuou e continua sendo a exportação do gás e do petróleo, enquanto importa diesel e gás de cozinha. Assim, os lucros com a exportação continuam nas mãos das mesmas multinacionais: a Repsol, a Petrobras, a British Gas e a Total.

Mas o aumento drástico da renda do Estado nesse negócio fez diferença. Nos bolsos públicos e nos privados. Até hoje, a Câmara Boliviana de Hidrocarbonetos, associação de empresários, não se conformou. Diz que o novo regime é “muito duro”: a parte que cabe às empresas nessa renda baixou de 67% para 30%.

### POUCO EMPREGO

Mais da metade dos bolivianos – 57% – vive abaixo da linha da pobreza. Nos últimos anos, a política de assistência social expandiu-se, e hoje mais de 2 milhões, quase um quarto da população, recebem algum tipo de bônus. Eles são a base da “revolução” apregoada pelo evismo. Em 2006, 62% da população eram pobres e 36,7% eram extremamente pobres. Desde então, ambas as taxas caíram cinco pontos percentuais, segundo o ministério de Planejamento do Desenvolvimento.

Para o pesquisador Osvaldo Kacef, da Cepal, as políticas sociais são a única saída no momento. “O tipo de produção em que o país se especializa – petróleo, gás, minerais – tem produtividade alta, mas não gera muito emprego. A maior parte dos empregos ainda está em áreas com menor produtividade e com menor renda [...] A política é bem-sucedida porque permitiu

ao país não apenas crescer, mas também diminuir a pobreza. E Evo Morales representa certa reivindicação de grande parte dessa população”, diz.

Morador de um casebre de blocos avermelhados na montanhosa cidade de El Alto, o jovem Juan Saire, de 22 anos, assina embaixo. Ele diz que tem tido muito mais trabalho nos últimos anos. É que, no município pobre, obras públicas de novas escolas e de hospitais trouxeram mais trabalho para ele, que é ajudante de pedreiro. Por isso, pela primeira vez, o rapaz decidiu registrar-se e ir às urnas. “Evo está colocando a Bolívia de pé, não estamos mais de joelhos”.

Ainda hoje, a Bolívia não tem uma rede viária digna desse nome. Andar pelas estradas bolivianas é uma aventura. A maioria delas não tem pavimentação, são estreitas e tortuosas, beirando abismos de até 3 mil metros. Uma viagem de 500 quilômetros demora 15 horas sacolejantes. Todos os meses, dezenas morrem em acidentes.

O governo fez empréstimos para construir uma rede viária visando integrar

## Plano de governo prevê impulsionar a industrialização e há várias fábricas saindo do papel

os territórios nacional e ultranacional. Serão cinco corredores ligando os oceanos Pacífico e Atlântico. Pouca coisa foi concretizada, mas algumas obras estão em andamento. A estrada que liga Potosí ao município turístico de Uyuni, por exemplo, está sendo asfaltada desde 2007, mas somente metade da obra foi concluída.

O plano de governo de Evo Morales prevê, ainda, impulsionar a industrialização, incluindo uma planta em Cochabamba, região central do país, para converter gás liquefeito em diesel e processar amoníaco e ureia. Outros projetos incluiriam uma siderúrgica e três novas hidrometalúrgicas para explorar cobre em La Paz e zinco em Oruro e Potosí.

Enfim, a menina dos olhos do governo: produzir e industrializar o lítio – a “esperança não só para a Bolívia como para todos os habitantes do planeta”, nas palavras de Morales.

### A revolta de Pando

A rebeldia dos governadores foi contida somente depois de muitas mortes entre os partidários do presidente

Com o aumento da receita com o petróleo e o gás, o governo evista tratou de ampliar os gastos sociais, outra promessa de campanha. Mas a decisão de reduzir em 30% o repasse das verbas do principal imposto petrolífero do país, o IDH, para os estados gerou protestos que literalmente pararam o país.

Em setembro de 2008, os governos dos departamentos da chamada meia-lua (Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija), maiores produtores de hidrocarbonetos, promoveram uma violenta onda de protestos. Estradas foram bloqueadas e escritórios estatais foram tomados e saqueados. Um atentado ao gasoduto Brasil-Bolívia acarretou a redução do fornecimento de gás. Em Pando, apoiadores de Morales foram massacrados por grupos armados; pelo menos 20 pessoas foram mortas.

O governo reagiu firmemente e a oposição ficou em apuros. O governador de Pando, Leopoldo Fernández, foi preso sob acusação de ter desobedecido o estado de sítio determinado pelo presidente. O embaixador americano, Philip Goldberg, foi expulso do país sob acusação de conspiração e, até agora, as relações com o país não foram normalizadas.

Outros processos judiciais contra os principais líderes da oposição se seguiram, incluindo o pedido de prisão do presidente do Comitê Cívico de Santa Cruz, no qual a contestação ao governo adquiriu tons de preconceito étnico. No final do ano passado, o candidato derrotado à presidência, Manfred Reyes Villa, fugiu para os EUA depois de ter sido processado.

O governo boliviano pretende, ainda, ser o quinto país da América Latina a possuir um satélite próprio no espaço, que será batizado de Tupac Katari, em homenagem ao líder indígena que desafiou a coroa espanhola, no século XVIII. A Bolívia levantou parte dos 13 bilhões de dólares necessários e está buscando conseguir o financiamento do restante por organismos e investidores internacionais. Por ora, pouco saiu do papel.

### FIM DA DÍVIDA

Outro grande êxito de Morales foi a redução da dívida externa – de 51,7% do PIB em 2005 para 14,1% em 2009. Segundo o CEPR, isso se deve à participação da Bolívia nos Países Pobres Fortemente Endividados, programa do Banco Mundial criado em 1996. Em 2006, o Banco Mundial cancelou uma dívida da Bolívia de 1,52 bilhão de dólares, e o FMI outra de 321 milhões de dólares. Em 2007, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) cancelou uma dívida de 1 bilhão de dólares.

O CEPR também vê na “boa condução da economia” o motivo para a redução da dolarização, de 71% para 44%. “Muito disso veio da restauração da confiança no sistema financeiro, que é consequência do crescimento estável, da estabilidade política e da acumulação de reservas internacionais”, diz Weisbrot.

Mas o economista considera a acumulação de reservas exagerada. “É superior à da China, se comparada ao tamanho da economia. Não há razão. Isso significa deixar de lado oportunidades de crescimento”.

Mobilização: índias pobres esperam a vez de votar em La Paz, à direita; em El Alto, abaixo, populares exibem seu orgulho cívico

## A lei e os empresários

Eles alegam que a nova Constituição é ambígua e que o presidente teria que mudar de postura se quiser o apoio do setor produtivo

Em Santa Cruz, é muito difícil encontrar um produtor que não faça careta quando perguntado sobre a administração federal. “Por causa do governo, houve uma redução nos investimentos, porque há muito medo. As novas leis trazem muita insegurança jurídica, existe um quadro jurídico muito ambíguo, que não convence os empresários”, diz Reinaldo Dias, vice-presidente da Associação Nacional dos Produtores de Oleaginosas e Trigo (Anapo), com sede em Santa Cruz.

Causa agitação, por exemplo, o trecho da Constituição que obriga que as propriedades cumpram uma função social – termo considerado vago pelos produtores. “Nada é muito claro”, diz o produtor de soja brasileiro Cesar Tillman.

Outra reclamação é que, em 2010, o legislativo terá a árdua tarefa de reescrever todas as leis do país para se adequarem à Constituição referendada em janeiro do ano passado. Ela redefine o país como “Estado Plurinacional”; estabelece um limite de 5 mil hectares para novas propriedades; arrola o direito das comunidades populares sobre os recursos naturais e reconhece a justiça comunitária praticada por algumas comunidades indígenas. O gerente do Instituto Boliviano de Comércio Exterior, Gary Rodríguez, afirma que os cidadãos “estão aguardando uma boa gestão pública” no segundo mandato de Morales. Para ele, o governo terá que mudar suas relações com os setores produtivos do país se quiser ter apoio.

Chris Von Ameln



Para Ovaldo Kacef, “há limitações institucionais, como falta de capacitação e ausência do Estado em muitas regiões, o que afeta a possibilidade de gastos. Isso requer um novo desenho institucional”.

### FALTA PROJETO

Mais do que limitações institucionais, Weisbrot elogia as ações do governo boliviano, mas vê uma “falta de projeto de desenvolvimento a longo prazo”. Para ele, “só vai acontecer um salto econômico, como aconteceu na China ou na Coreia do Sul, se [os bolivianos] tiverem uma verdadeira estratégia de desenvolvimento”. Mesmo assim, a perspectiva do CEPR é otimista. “Pelo menos, o país vai avançar, reduzir a pobreza e melhorar a educação se continuar mantendo isso como prioridade”.

Depois de derrotar a oposição, o governo Morales passa pelo desafio de tentar atrair o apoio do empresariado. No seu discurso de posse, deixando de lado o tom de confronto que foi a marca do primeiro mandato, o indígena chamou a classe mé-

## A riqueza será distribuída entre os empresários, os camponeses e os operários

dia para participar do projeto de governo. “Temos de implementar uma economia diversificada e, para tanto, necessitamos de milhares de quadros especializados e da participação dos empresários. A riqueza gerada será distribuída entre os empresários, camponeses e operários”, declarou o vice-presidente Álvaro García Linera.

A coisa é um pouco mais complicada porque, além dos ressentimentos e do ódio racial, que se acentuou durante o governo, em pouco mais de um mês o governo deu mostras de querer manter o controle sobre a economia, o que desagradou muito à elite boliviana e aos investidores internacionais. Em janeiro, foi anunciado o fim das pensões privadas – todas devem ser controladas pelo Estado. Gigantes do mercado, como o BBVA e a AFP Futuro terão que deixar a banca. Além disso, o governo anunciou a intenção de nacionalizar ferrovias e três hidrelétricas.

## Poder dos estados

Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando querem autonomia econômica



Mauro Nakata

## Lítio é principal esperança

Maiores reservas do mundo podem ajudar na industrialização e, com isso, melhorar a qualidade de vida dos bolivianos

Conversar com os responsáveis pela empresa estatal de mineração Comibol é ter uma aula de otimismo. Na sua salinha no centro de La Paz, o diretor Saul Villegas recebe centenas de empresários interessados em investir na exploração de lítio. A todos, ele repete: “Toda a primeira fase da industrialização será feita pelo Estado boliviano. Totalmente estatal”.

A Bolívia possui a maior concentração de lítio do mundo no Salar de Uyuni, um platô de sal que, segundo Villegas, contém mais de 15 milhões de toneladas do mineral. Seria um “ouro branco” do século 21 por ser ideal para baterias de carros elétricos. “Não vamos mais vender somente o minério, como no passado, mas também industrializar essas riquezas”. Atualizando os preços, o volume de negócios pode chegar a meio trilhão de dólares.

Sob sol forte e o clima salgado e seco do Salar de Uyuni, onde a planta-piloto de exploração e industrialização está sendo construída, o tom também é de otimismo. “O lítio será a luz que vai levar a Bolívia ao desenvolvimento. É um compromisso que temos de reali-

zar, em nome de todos os bolivianos”, diz o engenheiro responsável, Marcelo Castro, visivelmente cansado com a rotina extenuante de trabalho – todos, ali, trabalham durante três semanas e folgam uma.

Desde que a notícia se espalhou, empresas de todo tipo interessaram-se, diz Villegas. “Vieram empresas sérias, outras não sérias, propostas do tipo ‘nós vamos fazer a exploração e vocês ficam só olhando’. Foi preciso o presidente ser bem incisivo. Agora, mudaram de tom”.

Mas a pressão continua, e bastante forte. Não são poucos os jornais que acusam a Bolívia de se manter “atrasada” e de arriscar perder o bonde da história ao não aceitar “ajuda” para começar a produção imediatamente. “Mas há uma necessidade, uma vontade mundial de que a Bolívia comece a explorar o lítio. Porque, com a crise ambiental, o futuro vai depender dos carros elétricos, e isso significa uso de lítio”, diz Villegas. “E nós, sendo donos desse recurso, temos a responsabilidade, inclusive, de construir uma indústria sustentável ao longo do tempo”.

É com esse discurso que a administração de Evo tem “sentado com as empresas” para uma “reaproximação”, nas palavras de Osvaldo Kacef. As reações são mistas.

### RIQUEZA ENORME

Por exemplo, Argentina e Brasil iniciaram projetos de exploração de suas próprias reservas de gás (no nosso caso, na Amazônia), mas, ao mesmo, tempo garantiram que pretendem continuar comprando-o do país vizinho. A espanhola Repsol garantiu que vai investir 1,5 bilhão de dólares na exploração do gás boliviano. Mas a japonesa Toyota aparentemente desistiu do lítio boliviano, interessando-se pela Argentina.

De qualquer maneira, muito do apoio ao projeto de Evo vai depender da continuidade da estabilidade política, do alto preço das commodities e das ainda excelentes oportunidades que o país oferece. “É como se, de repente, a Bolívia, um país pobre, com muitas necessidades insatisfeitas, tivesse se dado conta de que está sentada sobre uma quantidade de riqueza mineral enorme ainda inexplorada”, resume Kacef. É nisso que aposta o evismo: se o negócio for lucrativo, seja como for, a classe empresarial vai seguir em frente. ■

## Quase dez anos de luta

### 1998

Hugo Banzer toma posse e lança o plano de erradicação da coca, promovido pelo governo dos EUA. Banzer fora autor do golpe de Estado de 1971, que deu ensejo ao período de governos militares. Com o fim do regime de exceção, voltou ao poder pelas urnas.

### 2002

O Congresso elege Sanchez de Lozada, após empate com Evo Morales no voto direto. Há manifestações crescentes contra a exploração do gás natural por multinacionais: divulga-se que Bolívia tem a segunda maior reserva do continente. Lozada renuncia em 2004 e Carlos Mesa assume.

### 2005

As exportações de gás continuam e os protestos crescem com o aumento de preço da gasolina e do diesel. Empresários e o governo propõem o desmembramento da Bolívia em departamentos (ou estados) autônomos. O Congresso tenta evitar a renúncia de Carlos Mesa, mas não consegue. Morales vence a eleição.

### 2006

O Estado passa a controlar a indústria da energia. O MAS, partido de Morales, vence a eleição para a assembleia constituinte. Em outubro, ocorrem choques armados pelo país. Em novembro, o Senado desapropria um quinto das terras para a reforma agrária.

### 2008

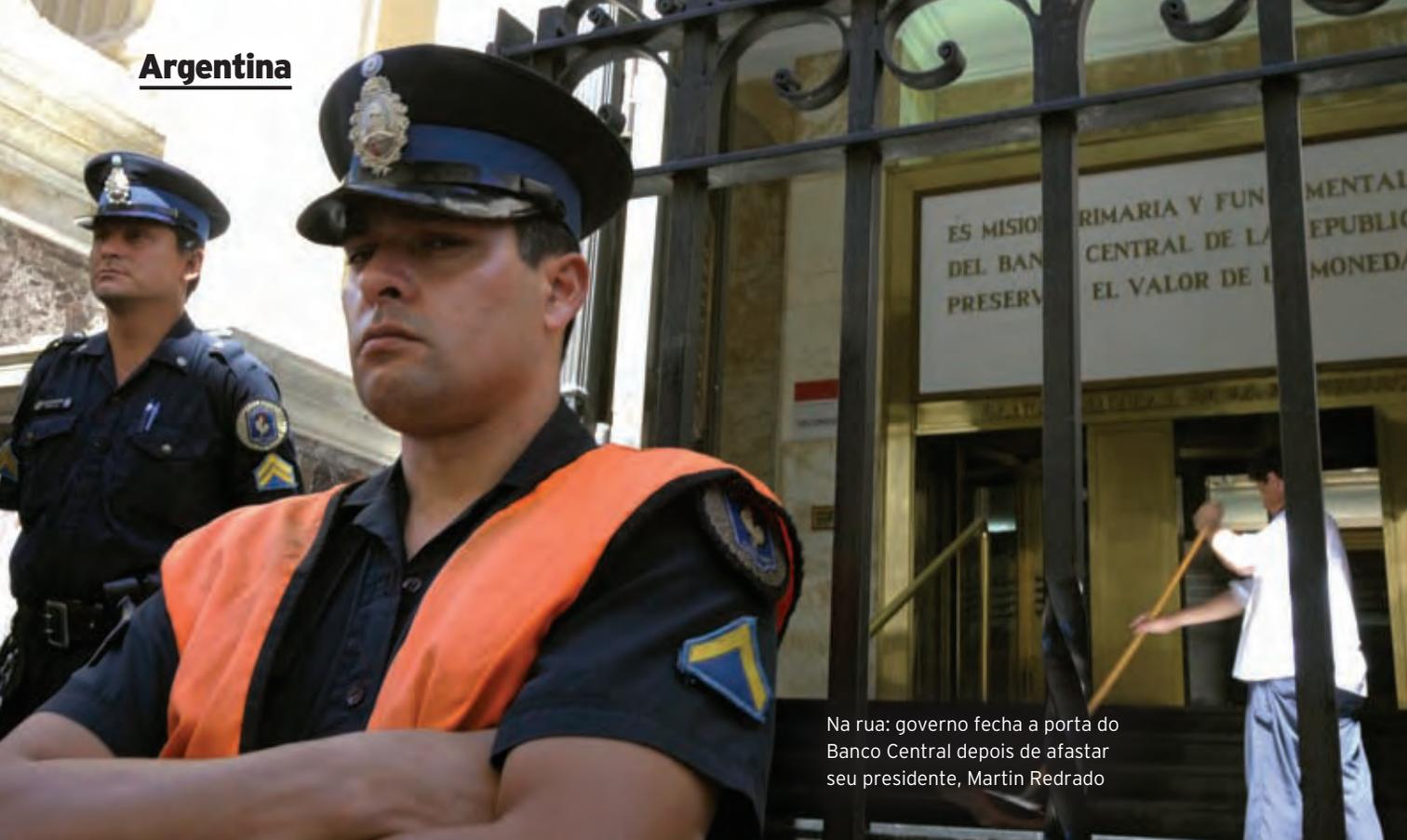
Sindicatos, índios e pequenos agricultores enfrentam grupos armados nos departamentos mais ricos. Morales convoca uma eleição para confirmar sua vitória e vence com 67%. Ele expulsa o embaixador norte-americano, acusado de fomentar o conflito, e suspende ações antidrogas dos EUA no país.

### 2009

Mais de 60% confirmam a Constituição em um referendo, apesar de já ter havido aprovação no Congresso, em 2008. Morales aponta complô para matá-lo, em abril, e o governador de Santa Cruz é acusado de envolvimento. O ex-presidente Lozada é julgado por responsabilidade na morte de 60 manifestantes em 2003.

Vendedores de rua em La Paz: sem indústria e com pouco emprego, 2 milhões vivem de ajuda do governo





Na rua: governo fecha a porta do Banco Central depois de afastar seu presidente, Martín Redrado

Getty Images

# AUTONOMIA, VÍRGULA

Sob o torniquete da crise internacional, Cristina Kirchner toma decisões apesar da rebeldia do chefe do Banco Central, Martín Redrado, que acabou demitido por desobediência

por Yuri Martins Fontes e Flávio Dieguez

**NOS PRIMEIROS** dias do ano, veio à tona mais um conflito entre o governo de Cristina Kirchner e a oposição de direita argentina, numa disputa que transcendeu o âmbito local, fomentando debates políticos e judiciários internacionais. De quebra, pôs em questão a autonomia do Banco Central (BC) argentino.

A discórdia começou quando a presidenta decidiu retirar 6,5 bilhões de dólares das reservas internacionais para quitar uma parcela significativa da dívida externa que ainda não conseguiu renegociar com os credores, em termos de juros menores e prazos mais alongados. De um total de 100 bilhões de dólares, restam 20% contratados nos termos originais dos empréstimos feitos com grandes fundos de investimento internacionais. Os “fundos abutres”, como os apelidou Cristina.

Mas o presidente do BC, Martín Redrado, recusou-se a executar a ordem,

alegando que tem autonomia legal para administrar os recursos da maneira que achar mais adequada. Diante disso, Cristina o demitiu por desobediência.

Aparentemente, existia base legal para contestar Cristina nos dois casos – tomar decisões sobre as reservas e demitir o presidente do Banco Central. Além da liminar concedida a Redrado, a Justiça também suspendeu a alocação de recursos para abater a dívida.

Por outro lado, o “calote” argentino – seguido da reestruturação financeira – resultou em uma redução considerável do endividamento externo de 2005 para cá. Depois da crise financeira internacional, o governo tem ainda mais interesse em completar a reestruturação, porque melhora seu perfil como empréstador e também abre espaço no Orçamento para gastos do governo destinados a amenizar o impacto da crise.

Entre esses dois eixos – o legal e o financeiro – instaurou-se a disputa polí-

tica. A presidenta demitiu Redrado em 7 de janeiro por decreto, e ele, alguns dias depois, conseguiu uma liminar na Justiça contando com o apoio da oposição conservadora e da oposição progressista liderada pela deputada Elisa Carrió, que concorreu com Cristina nas últimas eleições. A presidenta se defendeu principalmente com o apoio dos sindicatos e de uma parte do Congresso.

## PROIBIDO DE VIAJAR

A resistência de Redrado foi frágil desde o início: no primeiro dia de trabalho depois de conseguir a liminar, já foi surpreendido por uma reunião da diretoria – que foi convocada fora da agenda, provavelmente em apoio ao governo. A principal decisão, por margem folgada, foi proibir Redrado de viajar ao exterior sem autorização da diretoria. O motivo é que Redrado teria viajado aos EUA, nos dias anteriores, para conversar com os credores – possivelmente para

tentar bloquear retiradas das reservas na Justiça americana.

O fato é que, no dia 12 de janeiro, o juiz Thomas Griesa, de Nova York, bloqueou uma fração – 1,7 milhão de dólares – dos fundos do BC argentino depositados no Federal Reserve, o banco central dos EUA. Amado Boudou, ministro da Economia argentino, sugeriu que houve participação de Redrado na medida, tentando favorecer os credores. Segundo o jornal *Clarín*, a decisão foi tomada a pedido de detentores de bônus argentinos que não aceitam a reestruturação da dívida.

A turbulência teve algum efeito – a Bolsa de Buenos Aires caiu 2,5% e a taxa de risco paga pela Argentina na banca internacional subiu 7%. Os papéis atrelados ao PIB (Produto Interno Bruto) se desvalorizaram em 13,6%. Nada grave, porém. Diversos analistas financeiros apontaram que haveria interesse das próprias agências reguladoras de juros na reestruturação dos 20 bilhões de dólares que permanecem em *default*, ou seja, não pagos na contabilidade dos credores. Alguns mencionaram como aspecto positivo a expectativa de a Argentina crescer 7% neste ano.

### PERIGO PARA A JUSTIÇA

Do ponto de vista legal, embora Cristina não tenha pedido autorização ao Senado para quitar os 6,5 bilhões de

dólares, ela tinha conseguido autorização da Câmara, no final de novembro passado, para encaminhar a reestruturação da dívida – justamente para reduzir as taxas de risco.

Pesou também a opinião de alguns juízes, como Raúl Zaffaroni, da Suprema Corte, que se disse incomodado pela “justicialização da política”. Mesmo sem entrar no mérito das questões, disse que haveria “uma tendência perigosa para a imagem da Justiça. Todos os tipos de questões se derivam à Justiça, há anos”.

Politicamente, os sindicatos aliados de Cristina alardearam o que consideram conquistas do governo. “Esse governo demonstrou com fatos concretos o acerto da reativação econômica com geração de empregos”, declarou, por exemplo, a central sindical Unión Obreros. A partir daí, a resistência de Redrado começou a esfarelar e ele decidiu se demitir antes da conclusão do processo que o governo abriu contra ele.

Cristina Kirchner recusou, o que deve pôr uma pedra sobre o futuro político do agora ex-chefe do BC. Na primeira semana de fevereiro, parte da oposição, representada pelo vice-presidente Júlio Lobos, concordou com o processo de reestruturação da dívida iniciado pela presidenta.

De um ponto de vista mais amplo, diz Jorge Altamira, escritor e dirigente do Partido Obrero argentino, a crise

desmentiu a ideia de independência entre os governos e as grandes empresas e bancos. Ele diz que “as autonomias monetárias foram desmascaradas a partir do resgate dos bancos nos próprios países centrais do capitalismo”.

### PENSAR ALÉM DA CRISE

Tanto a oposição conservadora quanto o governo – também conservador – têm boas relações com o capital financeiro internacional. A crise, porém, tende a impor depressões profundas e fortes apertos orçamentários aos países em desenvolvimento. Força-os a recorrer a gastos públicos mais altos para financiar medidas de emergência, com as quais amenizam o aumento do desemprego e a queda dos salários, entre outros problemas sociais.

Para o professor Julio Gambina, da Universidad Nacional de Rosario, a autonomia já não é a questão central na queda de braço argentina. Deve-se pensar além da crise, diz ele. “É preciso voltar a defender que não se pague a dívida com a fome da população, que os fundos públicos sejam utilizados para a recuperação da economia popular.” E não como faz a oposição, que procura apenas “afetar ainda mais a imagem do governo”.

A disputa de poder acirrou a crise política iniciada em 2008 – quando setores empresariais muito atrelados ao capital internacional se rebelaram contra medidas do governo para controlar a saída de recursos pela via do comércio externo. Apoiados pela oposição neoliberal, insurgiram-se contra o aumento de impostos e iniciaram uma greve de mais de cem dias.

O resultado – falta de carne e leite, entre outros itens básicos – pesou fortemente na popularidade de Cristina Kirchner, que estaria agora abaixo dos 20% de aprovação. Ao mesmo tempo, os conservadores avançaram, obtendo vitórias expressivas nas eleições legislativas do ano passado. Agora, dominam regiões politicamente importantes, inclusive Santa Cruz, berço eleitoral do casal Kirchner. Jorge Benstein, economista e professor da Universidad de Buenos Aires, acredita que “a crise política pode ter sérias repercussões econômicas, que é o que esperam muitos dirigentes políticos da direita, que sonham em se apoderar do governo em meio ao caos”.

Redrado e Cristina: ele teria a Nova York falar com financistas que ela chama de “abutres”



# MUITO BARULHO POR QUASE NADA

Teerã vetou Moscou e Paris na nova rodada de negociação sobre seu programa nuclear. A tensão cresceu, mas a meta ainda parece ser a de chegar a um acordo

por Flávio Dieguez

**TERMINOU** sem acordo e com algumas demonstrações de força a nova rodada de negociação em torno do programa nuclear iraniano, no dia 17 de janeiro, em Nova York, que reuniu os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU – EUA, Inglaterra, França, Rússia e China – mais a Alemanha. O grupo é conhecido pela sigla P5+1.

Uma série de manobras militares dos EUA no Golfo Pérsico, duas semanas depois da reunião, foi vista pela imprensa como um indício de possíveis enteveros, especialmente porque, nos dias anteriores, o comandante das forças americanas no Oriente Médio, general David Petraeus, tinha dado declarações sobre “a ameaça que o Irã representa para seus vizinhos”.

No mesmo dia, ampliando as especulações bélicas, o Irã anunciou a construção de três novos satélites e o modelo de um novo foguete, ainda em projeto. A tensão internacional realmente está mais alta do que no final do ano passado. Mas o objetivo das manobras americanas não foi confirmado pelo governo: a ideia de que se estava montando um “escudo de proteção” para os vizinhos árabes do Irã veio de uma fonte não identificada. Não houve desdobramento.

Os satélites iranianos, por sua vez, eram parte da comemoração do 31º

aniversário da Revolução Islâmica, e o foguete que apareceu nas fotos – algumas com o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, em segundo plano – não é militar.

O Kavoshgar 3, principal lançador orbital do Irã, realmente tem a força de um míssil balístico. Isso levou alguns jornais a destacar “a proximidade entre os programas espacial e militar do Irã”, como mencionou o site inglês *The Guardian*, citando um especialista em defesa dos EUA. Mas o anúncio das novas façanhas iranianas por Ahmadinejad não era uma exibição de poder militar, e sim científico.

“Com a ajuda de Deus”, disse ele à TV, “cientistas [iranianos] serão enviados ao espaço e de lá vão observar o universo.” E concluiu: “É na arena científica que poderemos derrotar a dominação [do Ocidente]”. Tirando a propaganda, os satélites são simples e aparentemente serão usados em telecomunicações. Apenas um deles, simbolicamente, levava passageiros: um rato, duas tartarugas e algumas minhocas.

A reunião em Nova York não foi exatamente tensa, como se os principais atores já esperassem o impasse. Uma semana antes do encontro, a China trocou seu principal negociador, o vice-primeiro-ministro He Yafei, por um funcionário de

menor escalão. A baixa expectativa foi enfatizada nos relatos da agência oficial de notícias da China, *Xinhua*.

“Com o tempo acabando”, relata uma das reportagens, “o Ocidente pressionava por sanções contra o governo iraniano e a Guarda Revolucionária, enquanto a China e a Rússia propunham a continuação da diplomacia”. A Guarda Revolucionária, base das Forças Armadas, tem sido apontada como alvo preferencial de uma possível rodada de sanções ao Irã, em vista do apoio que dá ao governo Ahmadinejad.

Dito isso, houve mesmo um aumento da tensão, mas menor em relação ao Irã do que à China – apontada pela secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, como um entrave nas negociações. No início de fevereiro, em Paris, ela disse que a China corria o risco de “insegurança econômica e isolamento diplomático” se continuasse contrária às sanções contra o Irã.

O problema é que nem dentro dos EUA existe acordo sobre isso. No começo de janeiro, vários grupos empresariais americanos, inclusive a Câmara de Comércio, disseram que as sanções “mais atrapalhavam do que ajudavam”. Os empresários juntaram os argumentos numa carta e a enviaram ao conselheiro de Segurança do governo, Jim Jones.

O Shahab 3 iraniano teria tecnologia inédita para lançar ogivas múltiplas. Os EUA estariam pressionando os inspetores da ONU a bisbilhotá-lo, acusam jornalistas americanos. O Kavoshgar 3, lançado agora, não é militar

A carta diz que as sanções, já aprovadas na Câmara americana e em consideração no Senado, são “unilaterais, extraterritoriais e vagas”. Acrescenta que “a história de esforços similares [...] demonstra que a abordagem unilateral [...] resulta em respostas negativas por parte dos aliados”.

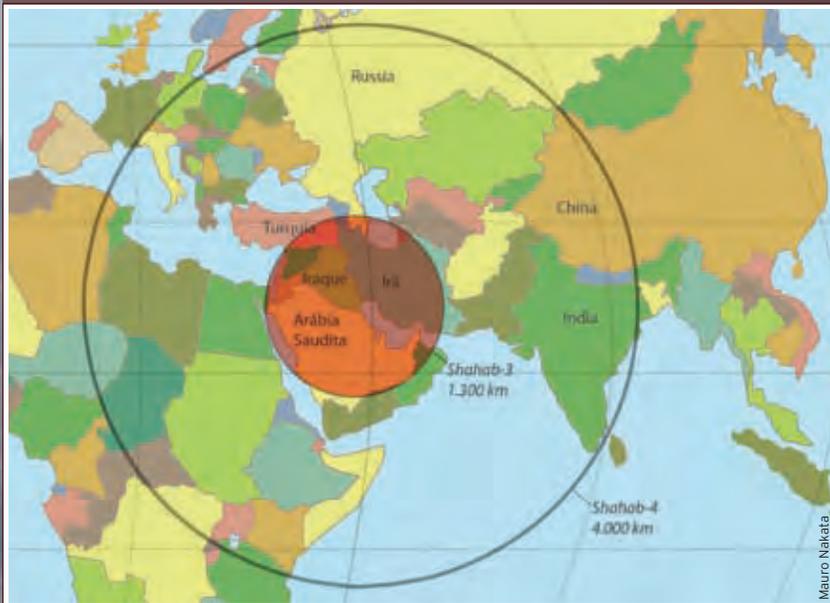
Não surpreende, em vista disso, que o Irã tenha mencionado um tradicional aliado dos EUA, o Japão, como possível substituto da Rússia e da França no plano que vem sendo costurado pelo P5+1. A ideia é que o Irã continue desenvolvendo sua tecnologia nuclear, mas utilize urânio processado no exterior, em algum país de confiança da comunidade internacional.

Todos os lados aceitam essa ideia, mas há desacordo sobre como se faria o repasse das reservas de urânio bruto que o Irã acumulou nos últimos anos. O principal obstáculo, de acordo com os dados divulgados pela imprensa, é que o Irã quer fazer a troca por partes: entrega uma pequena quantidade de cada vez e recebe o mesmo tanto, cinco ou seis meses depois.

França e Rússia se dispuseram a processar o urânio bruto até um nível

## Autonomia armada

Com o Shahab 3, recém-construído, o Irã dominou uma tecnologia avançada de mísseis. Seu sucessor com maior alcance, está em projeto



Mauro Nakata

suficiente para uso pacífico, aquém do necessário para uma detonação nuclear. Por algum motivo, porém, o Irã vetou a dupla, sugerindo alternativas e apontando como possíveis escolhas o Japão, a Turquia e o Brasil.

A menção do Japão é interessante porque um japonês, Yukiya Amano, acaba de tomar posse como novo diretor da Agência Internacional de Energia Atômica, da ONU, que tem a função de verificar se são mesmo pacíficas as intenções dos países signatários do Tratado de Não Proliferação Nuclear.

Visto como o candidato dos europeus e americanos para a vaga do egípcio El Baradei – que há anos vem chancelando as intenções pacíficas do Irã em seus relatórios –, Amano repetiu a dose, dizendo desconhecer evidência razoável de uma bomba iraniana.

Não está claro o motivo do veto iraniano à França e à Rússia. Uma possibilidade é que americanos e europeus, em vez de uma troca parcelada, prefeririam que a maior parte das reservas fosse entregue de uma vez – como garantia de que o Irã, depois de ter assinado o acordo, não começará a produzir bombas realizando ele mesmo o processamento necessário.

Seja como for, vem ganhando peso a opinião segundo a qual a falta de acordo está desgastando mais os EUA do que o Irã – no sentido apontado pela carta

dos empresários americanos. Um outro exemplo foi a resposta do ex-embaixador americano Chas Freeman ao ser questionado pela agência IPS sobre a perspectiva de confronto militar. Ele disse que achava a questão nuclear menos importante. “A preocupação com o Irã”, disse, “tem a ver com seu prestígio político.”

Ele se refere às articulações que o Irã vem fazendo na ONU e com a maioria dos países asiáticos dentro da orientação de “olhar para o leste” adotada pelo ministro do Exterior, Manoucher Moutaki. Os iranianos também vêm tentando ressuscitar o antigo grupo dos Países Não Alinhados (que originalmente se opunham tanto aos EUA quanto à extinta União Soviética). Por fim, relacionam-se bem com países africanos e sul-americanos.

Em contraposição, os EUA continuam distantes da proposta de diálogo e multilateralismo que viria substituir o unilateralismo e a política de confronto do ex-presidente George W. Bush. Em relação à China, por exemplo, a tensão está longe de se resumir ao Irã: envolve também o fornecimento de armas para Taiwan, que vem aumentando muito as despesas militares, e o apoio ao Nepal.

Nos dois casos, as atitudes americanas levam a um aumento da tensão, visto que o governo chinês considera Taiwan e o Nepal partes integrantes da China. ■

# UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA

Geocientistas só não sabiam a data exata da catástrofe. Algo que pode se repetir na mesma escala em outras áreas pobres do mundo subdesenvolvido

por Flávio de Carvalho Serpa



**PARA O GEÓLOGO** Robert Yeats, da Universidade Estadual de Oregon, EUA, o Haiti era uma tragédia anunciada. Em 6 de janeiro, seis dias antes da catástrofe que pode ter ceifado mais de 200 mil vidas e que nivelou em escombros a capital haitiana, Porto Príncipe, ele estava sendo entrevistado pela jornalista Katherine Harmon, da revista *Scientific American*, e disse não estar preocupado com a possibilidade de um grande terremoto na falha geológica de San Andreas, que passa diretamente sob a rica cidade de Los Angeles, na Califórnia, mas sim com o que ocorreria na paupérrima ilha caribenha. “Se eles tiverem um terremoto na falha que passa por Porto Príncipe, a mortandade vai ser tremenda”, disse.

O mais trágico é que Yeats não é uma voz isolada trombeteando cataclismos apocalípticos. A maioria dos geólogos especializados em movimentos da crosta terrestre compartilha o temor de desastres horrorosos num futuro próximo. Não que a frequência deles vá aumentar, mas simplesmente porque há muitas populações pobres se aglomerando justamente nas piores áreas de risco, muitas delas notoriamente conhecidas. “Existem mais de 40 cidades com mais de 1 milhão de habitantes próximas a falhas planetárias e todas são candidatas a grandes eventos como terremotos”, diz o sismólogo Kerry Sieh, do centro sísmico do Caltech, o Instituto de Tecnologia da Califórnia, em seu site.

No geral, quase um terço das grandes cidades no planeta com mais de 2 milhões de habitantes está no raio de destruição de grandes terremotos e a situação tende inexoravelmente a piorar. Numa carta à revista científica *Nature*, em outubro de 1999, o geólogo Roger Bilham, que fazia parte do Departamento de Ciências da Terra da Universidade de Oxford, Inglaterra, fez uma previsão fatídica: “Entre 1950 e 2050, a população mundial terá crescido de 2,5 bilhões para 8,9 bilhões e a maior parte dela estará vivendo em grandes cidades. Em 1950 existiam apenas duas megacidades com mais de 8 milhões de habitantes e agora existem 27. Apesar de terremoto com mais de 1 milhão de vítimas nunca ter ocorrido na história da humanidade, a existência de muitos novos alvos urbanos com populações na casa das dezenas de milhões torna tal evento possível no século XXI” alertava o cientista.

Os governos nacionais não podem alegar desconhecimento. Não faltam alertas

dos cientistas e instituições ligados aos riscos de calamidades. Veja o que diz o relatório de 2008 (“É preciso uma abordagem integrada para a crescente ameaça da insegurança climática”) do Departamento de Economia e Assuntos Sociais da Organização das Nações Unidas (ONU): “A ameaça à segurança econômica por desastres naturais está crescendo: elas ocorreram quatro vezes mais anualmente durante o período de 2000 a 2006 do que na década de 1970, com os prejuízos aumentando sete vezes, para 83 bilhões de dólares por ano, e quadruplicando o número de pessoas afetadas. Ameaças naturais são onipresentes, mas são mais desastrosas em países pobres. O ciclone Nargis, que fez 130 mil vítimas em Burma, em 2008, foi similar em intensidade e características atmosféricas ao Charley, mas este causou somente 30 fatalidades nos EUA em 2004. De modo geral, o índice de desastres por inundações entre 1960 e

## No Haiti não havia estação sismológica. Tudo que se sabe da região vinha dos EUA

2007 é 26 vezes maior em países pobres do que nos ricos e 95% das mortes ocorrem em países em desenvolvimento”.

Além da mortandade, a exposição a acidentes da natureza também reduz a pó décadas de investimentos despejados em desenvolvimento e em melhoria das condições de vida da população. O relatório global de 2004 do Programa do Escritório de Prevenção de Crises e Recuperação das Nações Unidas mostra uma escalada terrificante: “As perdas anuais com tais catástrofes foram, em média, de 75 bilhões de dólares nos anos 1960, passando para 138,4 bilhões de dólares na década de 1970, 213,9 bilhões de dólares nos anos 1980 e 659,9 bilhões de dólares na década passada”. O pior, ressalta o relatório, é que a esmagadora parte desse prejuízo está nos países em desenvolvimento, que simplesmente regridem no tempo, sem condições de repor os danos.

Esse é um drama que vem crescendo aceleradamente, pois muitos riscos de

acidentes naturais foram turbinados por políticas predatórias de desenvolvimento ou pela simples falta de planejamento. A pouca ênfase nas políticas agrárias gera a migração torrencial para grandes centros urbanos, e ondas de populações recém-chegadas se aglomeram em áreas impróprias. Os governos, que deveriam zelar por normas de edificação em áreas sujeitas a risco, frequentemente fazem vistas grossas para os desenvolvimentistas que olham apenas na direção do lucro imediato e irresponsável.

Por isso, a ONU prega no deserto pedindo políticas de desenvolvimento integradas a práticas de redução de risco. Em grande parte do mundo os governos têm colocado em posições conflitantes os planos de desenvolvimento e a prevenção dos riscos. A ideia absurda de que o desenvolvimento acelerado e aventureiro gera riquezas imediatas que mitigam os riscos está estampada nos desastres urbanos em todo o mundo. É comum em todo o planeta a inimidade dos desenvolvimentistas pelos funcionários da atividade reguladora e fiscalizadora.

### RISCO MORTAL

Políticos de países em desenvolvimento costumam argumentar que não podem se dar ao luxo de ter políticas de gastos voltadas para o imprevisível, como a natureza. Mas um estudo da ONU de 2008 (“Retornos da redução de riscos são altos”) mostra que cada 4 bilhões de dólares investidos anualmente em prevenção de riscos evitam 280 bilhões de dólares em danos futuros.

A desinformação ou a ignorância das autoridades é, portanto, um risco mortal para as populações. No caso específico da ilha Hispaniola, que o Haiti divide meio a meio com a República Dominicana, os registros históricos indicam que a área é perigosa há muito tempo. Mas os dados científicos só começaram a ser compilados seriamente em tempos recentes. No Haiti simplesmente não existia sequer uma estação sismológica, e tudo que se sabia da região vinha de grandes centros de monitoração nos EUA. Mas esses centros remotos coletam apenas sismos acima de um limiar. Se o Haiti tivesse sismógrafos locais, equipamentos baratos com uma tecnologia bem simples, pequenos tremores que antecedem os grandes poderiam ter alertado os serviços públicos.

Somente depois de 2003 um grupo da Universidade do Texas começou ▶

a coletar dados usando voluntários com aparelhos portáteis de Sistema de Posicionamento Globais (GPS) para medir os deslocamentos em áreas suspeitas. Há dois anos, na Conferência Geológica do Caribe, esses cientistas anunciaram formalmente que as falhas geológicas já tinham armazenado estresse suficiente para um terremoto de magnitude 7,2 graus. Segundo os cientistas, a placa tectônica americana, bem maior, estava resvalando e espremendo a placa caribenha a uma taxa média de avanço de oito milímetros ao ano. Como o último grande terremoto devastador na região foi em 1751, lá existia uma compressão de dois metros acumulada nas rochas, pronta para liberar subitamente a tensão.

Entrevistado logo após a tragédia no Haiti, Yeats alertou que o risco ainda não tinha passado. O evento do dia 12 liberou apenas uma parcela da tensão acumulada nas rochas. “Sismos maiores podem atingir agora Santo Domingo, na República Dominicana, e Kingston, na Jamaica.”

#### TENTANDO SOBREVIVER

O geólogo, no entanto, não vê razões para culpar o (inexistente) governo haitiano pelo grosso da tragédia. “O país é um dos mais pobres do mundo e as pessoas vivem em média com dois dólares por dia. Eles não estão preocupados em reforçar suas casas, estão simplesmente tentando sobreviver” – ou seja, como alguém pode pensar em riscos futuros quando a principal preocupação nas 12 horas seguintes é pôr alguma coisa no estômago?

Mas, segundo ele, o pior mesmo está

para acontecer no Irã: “A falha ao norte de Teerã pode ter um evento tão forte como o esperado na falha de San Andreas, na Califórnia. Apesar dos avanços tecnológicos regionais, boa parte dos edifícios na capital do Irã não é à prova de terremotos”. “Teerã”, adverte Yeats, “é uma bomba de tempo esperando para detonar.” Pelo menos 7 milhões de pessoas vivem na capital iraniana sob esse risco iminente. Recentemente, o ministro da Saúde iraniano estimou que um terremoto de magnitude 7 destruiria 90% dos hospitais da cidade. Frequentemente se fala no Irã em mudar a capital como única solução para a grave ameaça.

## Desregulação e privatização combinadas geraram desenvolvimento vulnerável

“Lima, no Peru, Karachi, no Paquistão, e boa parte da Turquia têm construções inseguras devido a corrupção ou a falta de recursos”, lamenta Yeats. Desde 1999, a Turquia aprovou um código de segurança de construções avançado e rigoroso depois do terremoto de 7,4 graus de magnitude que matou 17 mil pessoas. Infelizmente, depois de uma grita política, o governo deixou sob responsabilidade dos próprios

construtores a tarefa de fazer inspeções...

Frederick Krimgold, diretor do Centro de Redução de Riscos da Universidade da Virginia, disse ao diário *The New York Times*: “Nas últimas três décadas, as políticas de desenvolvimento foram dominadas pela filosofia do mercado livre e levaram a agressivos apoios pela privatização e desregulamentação em todos os setores da sociedade. Uma consequência dessa persuasão tem sido o fracasso no investimento em mecanismos públicos e privados na regulação da construção e no desenvolvimento material. A falta de atenção governamental ao risco permitiu a expansão de um desenvolvimento vulnerável e preparou o cenário para desastres futuros como o do Haiti”.

Trata-se de uma maldição do subdesenvolvimento. Até a década de 1950, sem os avanços da engenharia moderna, os terremotos faziam vítimas com igual probabilidade em qualquer lugar, independentemente do tamanho da economia e do grau de desenvolvimento dos países, diz o geofísico Ross Stein, do United States Geological Survey, in Menlo Park, Califórnia. “Agora, a perda de vidas é dez vezes maior nos países em desenvolvimento, e os danos materiais, até cem vezes maiores” lamenta ele.

De fato, nos EUA e no Japão, um dos países sob maiores riscos do planeta, as rígidas normas de construção reduziram ao mínimo os danos e perdas de vidas. Há milênios os japoneses aprenderam a construir casas e prédios de madeira leve e até parede de papel para evitar serem esmagados nos terremotos. Mas essa solução não funciona mais. O governo japonês está subsidiando o fim dessa histórica engenharia por causa dos riscos enormes de incêndios que costumam se seguir aos terremotos, em áreas densamente povoadas, como são os subúrbios das grandes cidades locais.

De modo geral, algumas economias absurdas para gerar mais lucros podem ser fatais. É o caso de hospitais, que também costumam desabar justamente quando são mais necessários. André Filiatrault, um dos diretores do Centro de Pesquisas e Engenharia da Universidade Estadual de Nova York, em Buffalo, ficou espantado com o quanto essa prática é comum. “Num hospital, a estrutura e as fundações custam apenas 10% do total e não tem sentido economizar nisso”, diz ele.

A comparação atual entre dois terremotos semelhantes, em áreas de povoações densas, mostra como as

Escola arrasada na China: em 2008, 10 mil crianças morreram enquanto assistiam à aula



Reprodução



# INTELIGÊNCIA E OUSADIA

A produção de Samuel Beckett para a TV, curta e densa, é como um fantasma que ainda assombra o mundo da telinha

por Laurindo Leal Filho

## A POÉTICA TELEVISUAL DE SAMUEL BECKETT

Autora **Gabriela Borges**

Editora **Annablume/Fapesp**

Ano **2009**

Páginas **148**

**PARA MUITOS**, televisão no Brasil é sinônimo de indigência cultural. Outros vão mais longe e acabam condenando o próprio veículo. Sua natureza seria incompatível com a reflexão e o pensamento crítico. Será?

Há exemplos que contradizem tais afirmações. Claro que a maioria é de antigamente, quando a TV ainda não havia sido totalmente controlada pelo mercado e podia explorar algumas brechas da programação com inteligência. Até os telejornais eram mais criativos e instigantes, bastando lembrar o *Jornal de Vanguarda*, da extinta TV Excelsior. Havia inteligência na música, nos teatros e até mesmo em algumas novelas. Portanto, o problema não é do veículo, e sim de quem o controla.

Não fosse dessa forma, talvez nunca um dramaturgo do porte e com as características de Samuel Beckett tivesse a oportunidade de escrever para a televisão. Foram cinco peças transmitidas na Grã-Bretanha e na Alemanha. *Eb, Joe – A piece for television*, de 1966; *Ghost trio*, de 1977; *But the clouds*, do mesmo ano; *Quad 1+2*, de 1982; e *Nacht und Träume*, também de 1982.

Ressalte-se que, em ambos os países, as peças foram transmitidas por emissoras públicas, abertas à inovação e ao experimentalismo. O que só reforça a importância do modelo para a criação de outros paradigmas, capazes de mostrar ao público caminhos diferentes dos traçados convencionalmente pelos meios comerciais. Isso as torna imprescindíveis, especialmente em países como o Brasil, onde televisão sempre foi sinônimo de empreendimento privado.

Na luta pela criação e consolidação de uma TV pública de qualidade por aqui, lembrar Beckett transforma-se em ação política. É a demonstração cabal de que o meio não é intrinsecamente alienante e superficial. Mas, para tanto, faz-se necessário conhecer de forma aprofundada essa experiência histórica, o casamento de um dramaturgo conciso e minimalista com um meio utilizado, quase sempre, de forma verborrágica e espalhafatosa.

Pela primeira vez temos um relato e uma análise, em português, dessa incrível aproximação. A proeza coube à pesquisadora brasileira, hoje trabalhando na Universidade do Algarve, em Portugal, Gabriela Borges. Seu livro *A poética televisual de Samuel Beckett* é um achado. Resulta de quatro anos de pesquisa percorrendo os caminhos trilhados pelo dramaturgo irlandês ao longo de sua vida intelectual, mas fechando o foco sobre a presença dele na TV.

A autora parte de uma introdução ao diálogo de Beckett com vários meios de expressão artística, centrando atenção no uso experimental que ele faz da palavra na literatura, do som no rádio e da imagem e do som juntos na TV. Segue analisando o momento conjuntural em que se deu essa produção, aproveitando, como ela mesma diz, “para discutir a televisão como meio de comunicação de massa e forma de expressão artística”.

Nos capítulos seguintes, analisa os aspectos estéticos das produções, as formas como peças originalmente criadas para o teatro se transformam ao chegarem à televisão e, finalmente, como se dá a relação entre a tecnologia e a arte na “elaboração da poética de Samuel Beckett”.

O livro, como se vê, permite diferentes entradas para o leitor, da semiótica à ciência política. A primeira contamina um pouco o texto, mas a autora consegue escapar quase sempre de seu hermetismo propiciando uma leitura fluente e agradável.

Um dos pontos altos da pesquisa é a análise conjuntural da chegada de Beckett à TV. Depois das produções literárias, teatrais, radiofônicas e cinematográficas, restava o meio mais recente e ainda inexplorado. As peças para o rádio já o haviam colocado dentro da BBC, mas talvez apenas isso não tivesse sido o suficiente para que os espaços na pequena tela lhe fossem abertos.

A autora mostra a importância das mudanças de rumo verificadas na corporação a partir da publicação, em 1962, do Relatório do Comitê Pilkington, instituído pelo Parlamento britânico para analisar a situação da TV no país, seguindo uma prática de acompanhamento público da radiodifusão que se estendeu de 1926 a 1987. Depois de dois anos de trabalho, o documento final apontava a necessidade de dar maior liberdade criativa aos escritores para possibilitar o surgimento de outras experiências audiovisuais. Propunha ainda a criação de um segundo canal público de TV, a BBC 2, com a missão de incentivar os dramaturgos a



escreverem roteiros originais, voltados especificamente para a televisão. Um deles foi Beckett.

Diferentemente do que ocorreu no Brasil, onde a TV surgiu e cresceu como herdeira do rádio, ou nos EUA, onde a herança vinha do cinema, na Inglaterra as raízes estavam no teatro. Desde as suas primeiras transmissões, no final dos anos 1930, a televisão britânica mostrava peças ao vivo, como lembra a autora. E dava “os primeiros sinais do que seria a construção de uma estética própria”.

Beckett, ao que tudo indica, apaixonou-se por esse desafio, tanto é que, em 1986, numa entrevista citada no livro, afirma “que estava muito mais interessado em trabalhar com o meio televisivo do que com o meio teatral, porque aquele meio apresentava mais possibilidades de expressão”. O que permite concluir que, se a inspiração de Beckett para a televisão foi o teatro, suas obras nunca foram uma simples transposição de um meio para outro. Ao contrário, ele procurou utilizar todos os recursos tec-

nológicos disponíveis, naquele momento, para criar uma dramaturgia exclusivamente televisiva.

Quem vê, por exemplo, um dos episódios de *Quad* (disponível na internet) pode perceber o domínio de Beckett sobre o processo de captação de imagens com diferentes câmeras, a edição ágil, o uso do som e da luz como recursos fundamentais de linguagem, sem, no entanto, abrir mão da provocativa ambiguidade com que captura a emoção do espectador reunindo num pequeno quadrado quatro personagens em constante desencontro e temor.

São trabalhos veiculados na chamada Idade de Ouro da televisão britânica, de 1965 a 1975. A mesma época em que Londres recebeu o título de *The Swinging City*, a cidade da moda, centro do mundo cultural e artístico do qual faziam parte não só os Beatles, os Rolling Stones, Sir Laurence Olivier, Mary Quant, mas também Beckett e seus desafiantes programas de televisão. É nesse quadro que precisam ser entendidas as peças televisivas daquela

que foi considerado um dos fundadores do teatro do absurdo. Nesse sentido, a autora é generosa com o leitor. Mostra a moldura e vai a fundo no conteúdo da obra, dissecando cada uma das criações de Beckett para a TV com muita competência. Analisa roteiro a roteiro, linha por linha, num trabalho que passa a ser, a partir de agora, referência básica para os estudos e a prática da produção televisiva de qualidade no Brasil.

A própria autora diz, depois de analisar *Ghost Trio*, ser “possível argumentar que Beckett, como seus personagens, é um fantasma que assombra a televisão. Ainda hoje, as suas telepeças continuam a questionar o papel da televisão na sociedade contemporânea, principalmente no que diz respeito ao modo como ela enquadra o mundo e conta suas histórias”. Concordando com essa afirmação, só nos resta pedir que esses fantasmas ocupem rapidamente o insípido universo televisivo brasileiro, sacudindo-o como Beckett fez com a televisão inglesa no meio do século passado. ■

# DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA

Diplomata brasileiro relata como comissão das Nações Unidas, que deveria apurar abusos, foi instrumentalizada

por Flávia Piovesan



**A POLITIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**  
Autor **Benoni Belli**  
Editora **Perspectiva**  
Ano **2009**  
Páginas **296**

**COMO ENFRENTAR** a tensão entre o direito e a política na afirmação da dignidade humana? Seriam as dimensões jurídica e política inconciliáveis? Seriam os direitos humanos reféns do jogo da política de poder? Em que medida a experiência no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) é capaz de apontar alternativas e propostas visando ao fortalecimento da proteção dos direitos humanos no plano global? Como avaliar a atuação da antiga Comissão e do Conselho de Direitos Humanos da ONU? Qual tem sido o protagonismo do Brasil no compromisso com a causa dos direitos humanos?

São essas as questões centrais enfrentadas na obra *A politização dos direitos humanos* pelo diplomata Benoni Belli, na voz de quem alia a amadurecida experiência na diplomacia brasileira a uma primorosa e competente capacidade analítica. O trabalho oferece qualificada e refinada contribuição ao instigante debate sobre a dimensão normativa e a realidade dos interesses de poder no que se refere à proteção aos direitos humanos.

Estruturado em seis eixos temáticos, o ponto de partida do livro é o enfoque do estabelecimento de parâmetros inter-

nacionais de direitos humanos, dos quais decorrem obrigações jurídicas aos Estados. A busca de salvaguarda do “mínimo ético irreduzível” tem sua expressão nos diversos instrumentos internacionais protetivos de direitos humanos, compreendendo a Declaração Universal de 1948 e os tratados que a sucederam, compondo a arquitetura protetiva global de proteção. No marco da internacionalização dos direitos humanos, destaca-se a história da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, que deixa como legado a crítica da politização e da seletividade, mas também a autoridade moral de conferir visibilidade a situações graves e inaceitáveis de violação de direitos, como realça o autor.

## GUERRA FRIA

Os direitos humanos na Guerra Fria, o conflito ideológico entre os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais, o papel da Comissão de Direitos Humanos quando da apreciação das primeiras queixas sobre violações e da adoção das primeiras resoluções por países, bem como os limites e o alcance da condenação moral por violação dos direitos humanos compõem as reflexões do segundo capítulo do livro. Sustenta o autor que a tensão política e a hostilidade dos tempos da Guerra Fria não impediram a Comissão de Direitos Humanos de tomar decisões dotadas de ampla autoridade moral na censura de inaceitáveis violações a direitos.

Transita-se no terceiro capítulo à análise dos direitos humanos no mundo pós-Guerra Fria, com especial ênfase à Conferência de Viena sobre Direitos Humanos e às inquietudes contemporâneas, a envolver o debate entre universalismo

e relativismo cultural, a proliferação de resoluções sobre países e o impacto do pós-11 de Setembro a compor uma agenda tendencialmente restritiva de direitos inspirada no lema do combate ao terrorismo, sob os riscos do unilateralismo da superpotência mundial. Ao ressaltar a Comissão de Direitos Humanos como palco estratégico de enfrentamento de graves violações a direitos, observa o autor que a seletividade na atuação desse órgão operava sobretudo por “subtração” de países poupados da censura internacional, na injusta prática de dois pesos e duas medidas, que propiciou o questionamento da autoridade moral da Comissão e de sua credibilidade em virtude de excessiva politização.

Em reação à indesejada seletividade e politização da Comissão de Direitos Humanos, em 2006 surge o Conselho de Direitos Humanos como um espaço inovador e aberto a um discurso alternativo ao hegemônico, inspirado pela tradição libertária dos direitos humanos e de seu conteúdo emancipatório. É esse o cerne do quarto capítulo da obra, ao investigar em que medida a criação desse conselho é capaz de romper com a politização e seletividade anterior e qual o impacto de novos mecanismos introduzidos – como a revisão periódica universal. Para o autor, ainda é prematuro formular respostas definitivas, sinalizando para a necessidade de buscar caminhos que preservem a capacidade de singularizar casos graves, não incorrendo na prática de recriminação por motivos outros – divorciados da preocupação real de proteger os direitos humanos.

A busca de alternativas e propostas visando à singularização dos casos mais graves, com destaque ao potencial do Brasil e de outros países na conformação do sistema de direitos humanos, rompendo com a lógica da polarização, traduz o convite ao quinto capítulo do livro. Nele são examinados a atuação do Brasil e o perfil da delegação brasileira na Comissão de Direitos Humanos e no Conselho de Direitos Humanos da ONU, com o objetivo de potencializar o protagonismo do Brasil e de suas credenciais diplomáticas na promoção dos direitos humanos, louvando os valores constitucionais, a própria identidade nacional brasileira e os legítimos interesses do país na ordem internacional. Um dos maiores desafios, na percepção do autor, reside em contribuir para a superação da



politização excessiva sem fazer o jogo de países que têm como única intenção inviabilizar o sistema internacional de monitoramento dos direitos humanos. Endossa que, no campo dos direitos humanos, deve o Brasil guiar-se por uma política de Estado, e não de governo, na defesa de princípios e valores democráticos, por meio da negociação e do diálogo construtivo, “com vistas a alcançar o melhor resultado possível para as vítimas de abusos de direitos humanos”, combinando idealismo e pragmatismo. Ao citar o ex-secretário-geral da ONU Dag Hammarskjöld, reitera o autor a visão de que as Nações Unidas “não foram criadas para assegurar-nos o paraíso, mas sim para livrar-nos do inferno”.

Ao efetuar o balanço da atuação do Brasil na Comissão e no Conselho de Direitos Humanos da ONU, pondera o autor que o Brasil contribuiu para criar um perfil de maior consistência, transparência e credibilidade no combate à politização excessiva e à seletividade

dos direitos humanos no plano internacional.

### “CONSCIÊNCIA COLETIVA”

Por fim, no sexto capítulo do livro, lança o autor conclusões e propostas voltadas a fortalecer a proteção e a promoção dos direitos humanos na esfera global, afirmando a vocação do Conselho de Direitos Humanos como uma “consciência coletiva” da comunidade internacional. Ainda que não se possa eliminar o componente político, é possível circunscrevê-lo, limitá-lo e orientá-lo, a partir de critérios e parâmetros objetivos, fomentando um papel construtivo desse Conselho, a partir do diálogo e da cooperação, como argumenta o autor. Nesse sentido, cabe ao Brasil o desafio de exercer a liderança pelo exemplo na defesa de um projeto global, coerente, justo e democrático, radicado na defesa dos direitos humanos, otimizando o horizonte de abertura do Conselho de Direitos Humanos, sob o primado do multilateralismo.

Por pragmatismo, coerência e sabedoria histórica devem os direitos humanos ser incorporados à agenda da política externa brasileira, como defende Benoni Belli, ao lembrar que o abandono dos direitos é a renúncia à experiência histórica do profundo colapso moral das sociedades. Afinal, foi o sofrimento humano de milhões que deu origem à arquitetura multilateral dos direitos humanos.

Com lucidez, serenidade e firmeza, mas também com sensibilidade e beleza, a excelente obra *A politização dos direitos humanos* invoca como mérito maior o mantra dos direitos humanos: proteger as vítimas reais e potenciais de abusos de direitos humanos, onde quer que se encontrem, celebrando a luta por dignidade, direitos e justiça. ■

**Flávia Piovesan** é professora doutora em Direito Constitucional e Direitos Humanos da PUC-SP, procuradora do Estado de São Paulo e membro do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

# AVATAR: O OUTRO SOU EU

No maior sucesso de bilheteria de todos os tempos, James Cameron constrói um mundo para reafirmar o poder do cinema clássico americano de assumir novas caras sem mudar sua essência

por **Leandro Saraiva**

A **ATRAÇÃO** maior é Pandora, espécie de Amazônia 2.0, onde tudo e todos estão conectados a Eywa, a divindade panteísta de seus habitantes, os Na'vi. Apresentada como uma realidade meio espiritual, meio bioquímica (uma rede de conexões quase neurais entre os seres do planeta), essa versão sci-fi do conceito de Gaia faz uma aproximação entre ciência e religião bem ao estilo do pensamento contemporâneo new age, herdeiro esotérico da contracultura, segundo o qual estamos entrando na Era de Aquário, marcada pela evolução espiritual da humanidade.

O herói que nos conduz por esse mundo novo é Jack Sully, ex-fuzileiro, ferido em combate na Terra (na Venezuela...), agora paraplégico, recrutado como mercenário pela Companhia – uma versão do século XXI da antiga Companhia das Índias, mas também evidente metáfora, desimpedida dos abortimentos da política, da força civilizatória do complexo industrial-militar americano. A motivação da empreitada – mineração – traça uma linha de continuidade entre o mercantilismo das navegações e os constantes conflitos com garimpeiros em terras indígenas amazônicas.

Mas essa coloração política da história é suave. Estamos longe da complexidade

dos interesses em conflito na Amazônia: não há ONGs nem pirataria biológica, lutas para ocupação do solo, lideranças locais negociando com os poderes ocidentais, nem coberturas jornalísticas compradas, corrupções e traições (se você prefere abordagens mais realistas, veja Corumbiara, de Vicent Carelli, o documentário que venceu o Festival de Gramado no ano passado). O objetivo, aqui, não é a mimese realista da política da floresta, mas uma dicotomia que valorize a beleza da utopia holística nativa diante da feiura materialista e estéril dos terráqueos/ocidentais.

As cores importantes e vibrantes são as que Jack (e cada espectador) experimenta no mergulho pessoal em Pandora: a floresta que brilha à noite, os insetos luminosos, os dragões vermelhos, o lago que parece um

painel de Monet, as sardas na pele azul dos Na'vi, a brilhante Árvore das Almas. Um contraste brutal com o mundo da base terráquea, que, à imagem e semelhança de nosso caos urbano, isola-se da natureza numa cápsula cinza metálica, morta, de onde Pandora é vista como o “inferno verde” que Euclides da Cunha viu na Amazônia em tempos mais positivistas. As pernas inúteis de Jack encarnam a esterilidade dos invasores, a despeito de toda a arrogância. Apesar do clichê da longa sequência *déjà-vu* da “batalha final”, há uma antológica cena-síntese do choque dessas civilizações: a destruição da majestosa árvore onde vivem os Na'vi. Momento forte de identificação entre espectadores (ocidentais e, sobretudo, americanos – de fato ou ideologicamente) e nativos, a cena lembra as imagens do 11 de





Setembro, invertendo e jogando sobre o militarismo americano a pecha do terrorismo (ainda que de modo abstrato, sem conexões possíveis com alvos menos românticos que os Na'vi, como iraquianos ou palestinos, por exemplo).

Tal como Eywa, a tecnologia futurista de *Avatar*, possibilitando a Jack entrar no corpo de um Na'vi, fica entre a ciência e a espiritualidade. O fuzileiro paraplégico passa por um renascimento, que lembra as viagens astrais e xamânicas. O núcleo da utopia de *Avatar*, desejada em todo o mundo (por motivos óbvios) está aí: a esperança de romper o pobre casulo de um corpo semimorto (como a cultura da qual faz parte) e renascer para uma realidade intensa, viva, transcendental (a bela primeira cena de Jack em seu novo corpo, correndo por uma plantação

e saboreando uma fruta pandoriana, é um grito de libertação). Trata-se da clássica jornada do herói, o paradigma narrativo mítico sistematizado por Joseph Campbell, com grande circulação em Hollywood desde *Star Wars* (George Lucas, 1977), aqui numa versão que, sem deixar de ser de ação, é (ou pretende ser), sobretudo, iniciática. Jack é “como um bebê”, diz Neytiri, sua guia (e, inevitavelmente, namorada), que, literalmente, renasce como Na'vi – ou, poderíamos dizer, como ser humano.

O mérito político da narrativa de *Avatar* é afirmar, para centenas de milhões de terráqueos sentados em cinemas de shopping por todo o mundo, consumindo oceanos de Coca-Cola, o valor de uma cultura alternativa, comunitária, espiritualizada e integrada à natureza. Mas, ao mesmo tempo,

o faz de um modo tão consumível que vai bem com Coca e pipoca. Como em outras fantasias hollywoodianas sobre os bons selvagens – *Dança com Lobos*, *Pocahontas* e afins –, os nativos são nossos retratos retocados. Tanto que a rotineira historinha de amor se adapta muito bem ao ecossistema ficcional de Pandora.

Tem seu charme a ideia da ponta das tranças dos Na'vi como “cabo USB” – como a denominou Eugênio Bucci em artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*. Mas, desacompanhada de outras formas de expressão da conexão holística com Pandora, não deixa de ser uma reificação um tanto utilitária dessa cosmovisão. Os rituais de iniciação pelos quais passa Jack (caçar, correr e pular de árvores enormes, escalar rochedos – voadores, é verdade –, domar ►

dragões) são também basicamente físicos. Nada há que lembre as duras provas xamânicas (os rituais de morte e renascimento) ou mesmo – se preferirmos não exagerar na aproximação da experiência de Jack com o xamanismo – outros rituais de alteridade mais profunda.

Talvez para nós, brasileiros, o simplismo da história pseudoiniciática seja especialmente irritante. O que disse Roberto Schwarz sobre a cultura nacional pós-desmonte dos projetos nacionais – que passam a flutuar publicitariamente no mercado, agora como casca vistosa, como um estilo de vida simpático a ser consumido – bem se aplica à fantasia amazônica de *Avatar*. Além da complexa realidade política e econômica da região, onde a trama política é tão densa quanto a mata, há a riqueza cultural a partir da qual Cameron (na imagem à direita) abstrai o que apresenta como arquétipos universais. Enquanto isso, na Amazônia real, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (projeto AmaZone, <http://amazone.wikia.com>) descobre nas filosofias ameríndias uma visão de mundo (chamada por ele de perspectivismo) segundo a qual todos os seres compartilham uma natureza indistintamente humana e não humana e cada grupo ontológico (por exemplo, onças ou mesmo inhames), vê a si mesmo como humano. Um pensamento tão complexo e distinto que põe em cheque, simplesmente, o sujeito cartesiano. Pouco humana seria, descobrimos com a filosofia ameríndia, a atitude moderna de opor humanidade e animalidade, natureza e cultura, sujeito e objeto.

O xamã, aquele capaz de transitar pelas diferentes situações ontológicas (homem, onça, inhame, dragões, Na'vi), faz a tradução dessas “perspectivas” ao custo de profundas perturbações no curso da viagem transcendental. Jack Sully, no entanto, transita entre a condição terráquea e Na'vi sem qualquer choque ou radical alteridade. Com toda a badalada imaginação e realização plástica de *Avatar*, o filme não arrisca nem uma imagem sequer de evocação dessa conversão de uma cultura cartesiana a uma cultura perspectivista.

Basta ver as fotos de Cláudia Andujar (em especial as fotomontagens do ensaio “Sonhos”, publicado em *A vulnerabilidade do ser*, Cosac Naify, 2005) ou ler o texto de Davi Kopenawa sobre a visão xamânica dos ianomâmi ([http://amazone.wikia.com/wiki/A\\_Floresta\\_de\\_Cristal](http://amazone.wikia.com/wiki/A_Floresta_de_Cristal)) para ver que é possível, e poderosa, a busca de representações artísticas dessas experiências. Cameron, entretanto, parece tão alheio

a uma cosmologia não antropocêntrica quanto seu herói.

Mas Cameron é genial – se o critério for o do mercado de entretenimento (o filme faturou, até o final de janeiro, mais de 2 bilhões de dólares). O espírito ecológico, *new age* e politicamente *diet* é funcional ao gancho narrativo do “avatar”, conceito de base dos jogos on-line, como *Second Life*. O feito tecnológico da indiferenciação dos atores reais e dos “avatars” cinematográficos (personagens virtuais moldados pela captura das expressões de atores) garante uma imersão inédita no ambiente virtual. Se o objetivo do cinema é (é?) nos fazer esquecer do mundo real e nos submergir na ficção (a clássica identificação), o que pode ser mais sedutor do que um mundo completamente exótico e novo, vivenciado em absoluta e deslumbrante riqueza de detalhes, em 3D?

De quebra, ninguém vai querer assistir a *Avatar* numa cópia pirata que passa no televisor da sala. Pandora foi salva, e as salas de cinema, também. Cameron – e Jack, seu avatar – seduzem naturalistas, adeptos da Nova Era, jogadores de videogame, espectadores de filmes de aventura, enfim, centenas de milhões de pessoas. Quem não quer ter três metros, voar montado num dragão, salvar a Mãe Natureza, se apaixonar e transar sob uma mística árvore de luz? Até o mais ranzinza dos críticos... ■



# Retrato do **Br**ASIL

**Quer informação para compreender quatro décadas de história?**

*Retrato do Brasil, em suas duas edições, analisa os mais diferentes aspectos da sociedade brasileira, no período de 1964 a 2006. A primeira, em 4 volumes, abrange o período 1964-1984. A segunda edição, publicada em volume único, analisa 1984-2006. São textos, gráficos, tabelas e esquemas que ajudam a entender o que se passou nessas últimas quatro décadas nas áreas da ciência e tecnologia, ambiente, condições de vida, cultura, economia e política. Complementam as obras os depoimentos de personalidades de diferentes correntes de opinião e áreas do conhecimento.*

**2 edições por apenas  
3x R\$ 73,33\***

*\* não incluso o valor do frete*



**adquira já**

**acesse [www.retratodobrasil.com](http://www.retratodobrasil.com)**



Há 5 anos, o agricultor familiar conta com o Agroamigo para crescer.



Marcos Vieira de Souza, cliente Agroamigo.

**Agroamigo. Microcrédito rural orientado e acompanhado do Banco do Nordeste. Procure o seu assessor.**

O Agroamigo do Banco do Nordeste, programa de microcrédito rural produtivo e orientado idealizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, está completando 5 anos. O sucesso do programa está na pioneira presença do assessor em quase 1.700 municípios, orientando e discutindo com o agricultor familiar do Grupo B suas necessidades e acompanhando passo a passo o uso do crédito. O resultado não podia ser melhor: uma carteira acumulada de R\$ 902 milhões e mais de 708 mil famílias com uma renda maior e uma vida melhor. Agroamigo do Banco do Nordeste. Com ele, o agricultor familiar pode contar para mudar de vida.

Ligue grátis:

**0800 728 3030**

Cliente Consulta | Ouvidoria

[www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br)



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário



**Banco do  
Nordeste**

